

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicação e Artes
Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação
Metodologia de Pesquisa em Cultura e Comunicação

Leticia Vieira da Silva

**JUSTIÇA POR RAFAEL BRAGA, MARIELLE FRANCO E
KATHLEN ROMEU: OS CAMINHOS DAS MOBILIZAÇÕES
ONLINE EM COMBATE AO RACISMO NO BRASIL**

São Paulo
2023

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicação e Artes
Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação
Metodologia de Pesquisa em Cultura e Comunicação

**JUSTIÇA POR RAFAEL BRAGA, MARIELLE FRANCO E
KATHLEN ROMEU: CAMINHOS DAS MOBILIZAÇÕES ONLINE
EM COMBATE AO RACISMO NO BRASIL**

Letícia Vieira da Silva

Orientador: Prof. Dr. Vinicius Romanini

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista Mídia,
Informação e Cultura.

São Paulo
2023

AGRADECIMENTOS

Durante todo o processo de escrita deste artigo me deparei com as angústias que é pesquisar sobre racismo e violência policial no Brasil. O apoio de amigos e familiares, assim como as referências que tenho na luta antirracista foram essenciais para continuar a percorrer esse caminho árduo.

Agradeço a minha mãe, Simone Vieira, e irmãos, Lívia Vieira e Marcelo Vieira, pelo apoio e constante incentivo para seguir estudando. Agradeço imensamente ao meu noivo, Marco Vinicius Cuchiaro, por todo suporte, conversas e escuta sobre o meu processo de escrita.

Agradeço a todos e todas que me ouviram relatar as descobertas e reflexões que tive durante a pesquisa. Em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Vinicius Romanini e Ana Luiza Voltolini Uwai pelas trocas e realizar a primeira leitura com o olhar sempre sensível.

Agradeço a Juliana Borges e Thayná Alves pela oportunidade de entrevistá-las e dialogar sobre os caminhos e desafios para mobilizar pessoas na luta antirracista.

Escrever esse artigo me lembrou que a luta antirracista é coletiva e feita por muitos que vieram antes de mim. Assim, não poderia deixar de agradecer aos pesquisadores e pesquisadoras que também percorrem esse caminho e que pude ler para construir minha pesquisa.

JUSTIÇA POR RAFAEL BRAGA, MARIELLE FRANCO E KATHLEN ROMEU: CAMINHOS DAS MOBILIZAÇÕES ONLINE EM COMBATE AO RACISMO NO BRASIL

Letícia Vieira da Silva

Resumo

O presente artigo buscou compreender as dinâmicas de mobilizações sociais em combate ao racismo a partir dos casos de Rafael Braga Vieira, Marielle Franco e Kathlen Romeu, que se desdobraram em mobilizações e campanhas nas redes. A análise foi feita a partir de referencial teórico sobre ciberativismo que contemplava tanto o conceito como as características nacionais de mobilizações e presença nas redes sociais. Intersecciona-se tais referenciais com conceitos de racismo no Brasil e presença de pessoas negras. A metodologia também contemplou entrevistas. Notou-se a partir da análise do conjunto a capacidade das mobilizações sociais incentivarem a participação social, manifestações nas ruas e o debate sobre racismo a partir de diferentes abordagens.

Palavras-chave: Ciberativismo. Redes sociais. Movimentos sociais. Antirracismo.

Online social mobilizations in the fight against racism

Abstract

This article sought to understand the dynamics of social mobilizations in the fight against racism based on the cases of Rafael Braga Vieira, Marielle Franco and Kathlen Romeu, which unfolded in mobilizations and campaigns on networks. The analysis was carried out based on a theoretical framework on cyberactivism that contemplated both the concept and the national characteristics of mobilizations and presence in social networks. Such references were intersected with concepts of racism in Brazil and the presence of black people. The methodology also included interviews. Based on the analysis of the set, the ability of social mobilizations to encourage social participation, demonstrations in the streets and the debate on racism from different approaches was noted.

Keywords: Cyberactivism. Social networks. Social movements. Anti-racism.

Movilizaciones sociales en línea en la lucha contra el racismo

Resumen

Este artículo buscó comprender la dinámica de las movilizaciones sociales en la lucha contra el racismo a partir de los casos de Rafael Braga Vieira, Marielle Franco y Kathlen Romeu, que se desarrollaron en movilizaciones y campañas en las redes. El análisis se realizó a partir de un marco teórico sobre el ciberactivismo que contempló tanto el concepto como las características nacionales de las movilizaciones y presencia en redes sociales. Tales referencias se cruzaron con conceptos de racismo en Brasil y la presencia de personas negras. La metodología también incluyó entrevistas. A partir del análisis del conjunto, se observó la capacidad de las movilizaciones sociales para incentivar la participación social, las manifestaciones en las calles y el debate sobre el racismo desde diferentes enfoques.

Palabras clave: Ciberactivismo. Redes sociales. Movimientos sociales. Antirracismo.

Introdução

Rotineiramente a vida de milhares de pessoas são cruzadas por balas na cidade do Rio de Janeiro. O destino certo destas balas tem endereço para estar: nos diversos complexos de favelas da cidade. Apenas nos cem primeiros dias de 2023, 634 pessoas foram vítimas da violência armada no Rio de Janeiro. 313 pessoas foram vítimas fatais e houveram mais de mil operações policiais realizadas nesse período¹. A Lei de Drogas (nº 11.343/2006), que motiva esse tipo de operações policiais violentas, também é a mesma responsável pelos altos índices de encarceramento de pessoas que são réus primárias e, muitas vezes, estão em situação de vulnerabilidade. Este contexto não é um recorte recente, mas sim um cenário que se estende por anos e Brasil afora.

Por detrás de números tão expressivos há milhares de histórias. Algumas dessas histórias, por vezes, são capazes de mobilizar a busca por justiça de forma massiva, como foi com Rafael Braga Vieira, Marielle Franco e Kathlen Romeu. Mais do que compartilhar das linhas cruzadas de um contexto de violência e recorrente ausência de direitos, estas pessoas tiveram suas trajetórias atravessadas por vivências de quem sofre os efeitos práticos do racismo. Motivo pelo qual campanhas diversas surgiram na internet em busca de uma ação que trouxesse justiça para cada um dos casos.

As redes sociais imprimem a característica de tornar uma mobilização social local e global ao mesmo tempo (CASTELLS, 2013). Para compreender como as mobilizações nas redes sociais podem contribuir para a participação social e o debate sobre combate ao racismo, tomaremos os casos citados acima. Contemplando também um olhar para as dinâmicas e desafios para este debate e mobilização.

Assim, o presente artigo busca compreender a formação de "redes de indignação e solidariedade"² nos casos emblemáticos elencados e a relação com o combate ao racismo no Brasil. A partir do referencial bibliográfico, realizou-se a discussão sobre ciberativismo e racismo. A análise dos casos também foi feita a partir de referências bibliográficas que utilizaram a análise de discurso e conteúdo, assim

¹ Dados do relatório 'Tiros certos: a violência armada nos 100 primeiros dias do novo governo' do Instituto Fogo Cruzado. Disponível em: <<https://fogocruzado.org.br/dados/relatorios/100-dias-2023>>.

² Conceito apresentado por Castells (2013).

como *clusters* formados a partir da discussão dos casos nas redes sociais. Para interseccionar o referencial teórico com a atualidade, realizou-se duas entrevistas com uma ativista e uma representante da organização da sociedade civil.

Um olhar para as redes sociais e o ciberativismo

O ciberespaço agregou novas dinâmicas para se pautar a garantia de direitos, realizar denúncias e contestar o poder vigente. As redes sociais ganharam protagonismo para a comunicação e disseminação de informações em prol da mobilização social (CASTELLS, 2013), momento em que as análises sobre o ciberativismo ganharam notoriedade. No Brasil, a pauta ganhou destaque, principalmente, devido às análises suscitadas a partir das Jornadas de Junho em 2013³ (SANTAELLA, 2016).

Ao abordar o tema, algumas questões surgem de imediato: Em que momento as redes sociais foram percebidas como ferramenta para a mobilização em prol de uma causa? Quais os caminhos possíveis para utilizar as redes sociais como ferramenta para visibilizar a uma causa? E, por fim, o que define uma ação de mobilização como ciberativismo ou não?

Para compreender o fenômeno e responder os questionamentos, temos alguns caminhos possíveis. A começar pelas dinâmicas próprias das redes sociais, Recuero (2009) nos apresenta as redes sociais a partir de uma estrutura de elementos que são: atores, conexões, interações, relações e laços sociais. Reforçando que a compreensão dos padrões que estruturam as redes sociais nos leva a compreensão dos “elementos dinâmicos e de composição grupos sociais” (RECUERO, 2009, p. 22). A autora também nos aponta que “a expressão das redes sociais na Internet pode ser resultado do tipo de uso que os atores sociais fazem de suas ferramentas (os *sites* de redes sociais)” (RECUERO, 2009, p. 94).

Ademais, as redes ganharam maior complexidade enquanto se tornavam cada vez mais onipresentes e agregavam novas dinâmicas como algoritmos com filtros e personalizações refinadas. Assim, a concepção inicial de simulação de uma realidade

³ Série de protestos que ocorreram nacionalmente, em mais de quinhentas cidades, para se opor ao aumento das tarifas de ônibus. O período de maior adesão popular foi durante o mês de junho, mas as manifestações se estenderam ao longo do ano ganhando lideranças e pautas difusas.

diferente da realidade física dentro do ciberespaço, onde características como sexualidade, raça/cor, deficiências são dissimuladas (RECUERO, 2009, p. 38), se torna menos palpável.

Pelo contrário, o debate sobre como discursos de ódio têm ganhado mais espaço nas redes sociais e como algoritmos contêm vieses raciais são cada vez mais frequentes. Ainda sobre a capacidade das redes sociais serem onipresentes e suas contribuições para as mobilizações sociais, Santaella pontua que

trata-se, portanto, de compreender que, desde o momento em que a comunicação mediada por computador livrou-se dos fios e adquiriu uma portabilidade leve e volátil, o ser humano passou a adquirir uma existência on e off line simultaneamente. Hoje habitamos espaços intersticiais com passagens instantâneas do virtual ao presencial, e vice-versa. Eis aí uma questão que não pode ser menosprezada se quisermos compreender a dinâmica das multidões nas ruas (SANTAELLA, 2016, p. 90).

Adentrando o campo de relações e interações, o ciberativismo se apresenta como uma nova faceta das interações já existentes nas redes sociais.

O net-ativismo – mediativismo ou mobilizações informacionais – assenta-se num novo tipo de sociabilidade reticular, que se desenvolve nas mídias participativas ou nas redes sociais digitais conectadas (internet e dispositivos móveis de conexão: tablet, smarhphone, iPod etc.), em que as possibilidades de expressão e disseminação ilimitada de mensagens são usadas para novas modalidades de interação, associação e mobilização pública, que vão das mobilizações cívicas de protesto às terroristas. A internet se torna, desse modo, uma arena de modificação da ação coletiva (BABO, 2019, p. 115).

Sob a abordagem de Castells (2013), pode-se compreender que a mobilização social na era da internet ganha como um novo elemento a capacidade de se apresentar e comunicar de forma local e global ao mesmo tempo. Elemento observado na repercussão das manifestações citadas anteriormente.

Apesar das manifestações pós-2011 serem reconhecidas como um marco notável para se pensar o ciberativismo, Alcântara (2015) aponta para uma localização do ciberativismo enquanto uma construção intrínseca ao desenvolvimento da internet. Retirando, assim, o elemento de novidade⁴, mas também pensando em como o

⁴ Para tal compreensão, o Zapatismo e a Batalha de Seattle são tomados como exemplos, ambas manifestações ocorreram na década de 1990, e se utilizaram das redes disponíveis na época para comunicação de seus ideais e promoveram uma ampla mobilização das pessoas à uma ação coletiva nas ruas (ALCÂNTARA, 2015).

fenômeno teve suas dinâmicas modificadas com os avanços da internet e redes sociais:

Esse histórico tecnológico, cultural e político do ciberativismo permite-nos traçar suas raízes e evitar o fetiche da novidade. Por outro lado, a partir da identificação destes elementos de continuidades, também podemos perceber as discontinuidades, isto é, as novas dinâmicas que emergem nos movimentos sociais e na ação coletiva a partir da interação desta com as NTICs (ALCÂNTARA, 2015, p. 79).

Ainda nesta dimensão das incorporações do ciberespaço às mobilizações sociais, podemos observar que os elementos que estruturam as redes sociais, na verdade, amplificam a capacidade de conectar indivíduos com interesses em comum. Como aponta Babo (2019):

A rede significa, em suma, circular e interconectar, mas igualmente reter, de acordo com seu uso primitivo, no sentido de que o tecido que junta também entrava e aprisiona. (...) Na tecnologia digital, se desmaterializa e se desterritorializa, combinando fluxos, mobilidade e multiplicação das ligações com imediatez e imaterialidade (BABO, 2017, p. 125).

A questão do tempo e espaço torna-se crucial quando se pensa em ciberativismo, pois é uma das primeiras percepções de mudança que se tem em relação à ação coletiva. A capacidade de ser global e local é enfatizada, mas o entendimento do que é o espaço público e os seus usos também ganham novos significados a partir das práticas ciberativistas.

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora (CASTELLS, 2013, p. 13).

Essa percepção do espaço público e temporalidade, cria o que Lévy (2017) denomina como *médium digital*. Ou seja, aquele cidadão que possui uma nova forma de entender e tencionar a liberdade de expressão, assim como transformar as dinâmicas do espaço público para além do ciberativismo.

O *médium digital* estende ou democratiza a liberdade de expressão por, ao menos, três razões: econômica, técnica e institucional (...) Condicionado pelo *médium digital*, o espaço público do século XXI se caracteriza, então, não apenas por uma liberdade de expressão crescente, mas também por uma nova possibilidade de escolha das fontes de informação, assim como por uma nova liberdade de associação no seio das comunidades, grafos de relações pessoais ou conversas criativas que florescem na rede (LÉVY, 2017, p. 40-42).

Olhar para essas novas percepções e conceituações pode nos conectar com a continuidade da reflexão sobre o fenômeno do ciberativismo a partir de um olhar focado nos movimentos sociais.

O conceito que se tem internalizado sobre movimentos sociais é que estes cumprem na sociedade um papel de pleito pela superação de determinada injustiça, criando uma sociedade mais avançada ou evoluída em relação à combatida. De fato, sob a ótica marxista, essa característica se destaca, mas ao mesmo tempo se homogeneiza em uma ação coletiva em combate às contradições do sistema capitalista a exemplo da luta de classes. A mudança de paradigma ocorre a partir da década de 1980, quando a complexidade e heterogeneidade das pautas passa a ser dominante e a dinâmica dos movimentos se adequa a um “associacionismo civil” para oposição e disputa de discursos (SANTAELLA, 2016, p.75).

Esse mesmo ponto de vista se relaciona com a conceituação de Castells (2013) sobre poder e contrapoder, que também incorpora na análise um olhar sobre a capacidade comunicativa dos movimentos e mobilizações sociais e o domínio dos meios de comunicação por uma minoria. “Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional” (CASTELLS, 2013, p. 11).

Outra característica notável dos movimentos sociais em rede, destacada por Castells (2013), é o fortalecimento da ideia de que um movimento social é composto por múltiplos indivíduos e não apenas lideranças. Denotando a descentralização e a horizontalidade na comunicação desses movimentos.

Os movimentos sociais de hoje, e provavelmente aqueles que ocorreram ao longo da história (o que está além do domínio da minha competência), são constituídos de indivíduos. Digo isso no plural porque, na maior parte do que li das análises sobre esses movimentos em todas as épocas e sociedades, eu encontrei poucos indivíduos, às vezes apenas um único herói, acompanhados por uma multidão indiferenciada, chamada classe social, etnia, gênero, nação, fiéis ou quaisquer outras denominações coletivas dos subconjuntos da diversidade humana. (...) como esses indivíduos constituem uma rede conectando-se mentalmente com outros indivíduos e por que são capazes de fazê-lo, num processo de comunicação que, em última instância, leva à ação coletiva (CASTELLS, 2013, p. 14).

Adentrando em um aspecto mais técnico dos usos das redes sociais, identificou-se duas conceituações predominantes: 1) a que coloca o uso das redes

sociais e a internet como uma ferramenta de intermédio para as ações coletivas; e 2) a que compreende o ciberativismo como uma ação que se finda no espaço digital. Apesar de configurarem dois campos, em muitas das análises, eles dialogam, se interseccionam e até mesmo se subdividem em mais categorias.

Trazendo esse olhar, Earl (2019) apresenta os conceitos sob as denominações de e-mobilização, e-movimento e e-táticas. Na e-mobilização, os esforços das redes sociais (*online*) se configuram como um suporte para que ação coletiva ocorra no espaço público físico (*offline*). Neste sentido, um dos benefícios mais sobressalentes do ciberativismo é a capacidade de reduzir custos para comunicar. A autora em seu estudo “sugere que a e-mobilização tende a, no máximo, ajudar a tornar a quantidade de manifestantes existentes maior, mais coordenada e mais fácil de mobilizar rapidamente” (EARL, 2019, p. 77).

Assim, o impacto nos custos e nas dinâmicas de comunicação têm a possibilidade de alterar as relações de poder. Com destaque para como a “autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais” (CASTELLS, 2013, p. 13).

Por fim, apesar dos elementos e conceituações apresentadas parecerem contrapostas, precisamos levar em conta que as dinâmicas das redes sociais e da capacidade de mobilização da ação coletiva com o ciberativismo tiveram transformações consideráveis a partir do momento que o *online* ganhou portabilidade e maior permeabilidade no cotidiano. Como nos lembra, Santaella,

O que fica como aprendizagem é a inelutável constatação de que as redes adquiriram o poder de deslocar a noção clássica dos movimentos políticos para um novo paradigma, especialmente por levarem os cidadãos ao desempenho do papel de protagonistas dentro e fora das redes, protagonistas que protestam nas redes e nas ruas numa continuidade inextricável (SANTAELLA, 2019, p. 152).

Mídia e raça: onde se encontra o ciberativismo em combate ao racismo?

Falar sobre racismo na sociedade brasileira ainda é um desafio, quando a relação redes sociais e raça/racismo aparece, o tema ganha maior complexidade. “O racismo faz parte da vida na internet; em um mundo em rede, agora é uma realidade global”⁵ (NOBLE; SENFT, 2013, p. 112). Para prosseguir, é preciso entender as

⁵ Tradução nossa de “Racism is part of life on the internet; in a networked world, it is now a global reality”.

manifestações do racismo antes mesmo do *online*. Souza (2009) aponta que a forma como opera o racismo e as desigualdades sociais, nos dias de hoje, parecem estar codificados em fatores imperceptíveis ao senso comum, justificados por um passado longínquo e enraizado, sendo assim com poucas possibilidades de se extinguir.

Na realidade, a "legitimação da desigualdade" no Brasil contemporâneo, que é o que permite a sua reprodução cotidiana indefinidamente, nada tem a ver com esse passado longínquo. Ela é reproduzida cotidianamente por meios "modernos", especificamente "simbólicos", muito diferentes do chicote do senhor de escravos ou do poder pessoal do dono de terra e gente, seja esta gente escrava ou livre, gente negra ou branca (SOUZA, 2009, p. 15).

Apontando para o mesmo caminho, Sodré (2023) nos fala sobre um processo de apagamento histórico paralelo ao fim da escravidão, denotando uma nova forma de se operar e realizar manutenção do racismo na sociedade.

após o fim da escravatura, se poderia chamá-la de sociedade do "encobrimento", no sentido de uma formação social orientada para o apagamento do que houve antes. (...) O racismo passa a funcionar como estratégia de hierarquização social dentro de uma cadeia de continuidade que se pauta por novas regras (SODRÉ, 2023, p. 39-40).

O autor ainda acrescenta que "a cor branca é conotada como uma prerrogativa. E isso se mede pelo "desigualitarismo"; isto é, pelo poder de recusa da medida igualitária de cidadania" (SODRÉ, 2023, p. 39). Mesmo que, a discriminação nunca tenha se estabelecido a partir da legislação, como ocorreu nos Estados Unidos e África do Sul, o racismo do período após a Abolição se integrou à esfera pública com uma série de práticas discriminatórias, ainda que não outorgadas formalmente, baseadas no "imaginário de raça" (SODRÉ, 2023).

A leitura ganha ainda mais uma camada quando pensado o papel das relações subjetivas, que independem de uma estrutura para manutenção do racismo e extrapolam a compreensão a partir de métodos exclusivamente racionais (SODRÉ, 2023, p. 52). Também o papel da vida privada, mais especificamente das famílias, âmbito no qual se constrói a identidade e valores, que, de modo geral, reforçam a noção de "brasilidade" responsável por validar a concepção de democracia racial (SOUZA, 2009), mas não só,

O "privilégio" individual é legitimado na sociedade moderna e democrática, fundamentada na pressuposição de igualdade e liberdade dos indivíduos, apenas e enquanto exista essa pressuposição.

O ponto principal para que essa ideologia funcione é conseguir separar o indivíduo da sociedade.(...) O “esquecimento” do social no individual é o que permite a celebração do mérito individual, que em última análise justifica e legitima todo tipo de privilégio em condições modernas (SOUZA, 2009, p. 43).

Ainda assim, é importante reforçar o papel do movimento negro, mesmo antes das ações *online*, como atores constantes na denúncia e localização das demandas da população negra no Brasil.

a imprensa negra, esta jamais deixou de refletir os protestos e as esperanças dos descendentes de africanos. Mesmo caracterizada por publicações de pequena tiragem e de curta duração, essa imprensa foi fundamental para a formação de uma consciência diferenciante, atenta a problemas de socialização específicos do negro brasileiro (SODRÉ, 2015, p. 275).

Quando levamos essas análises para o campo das redes sociais, vemos que na mesma medida em que as redes sociais cresceram em número de usuários, o surgimento de discursos de ódio e intolerância também ampliaram seu alcance (TRINDADE, 2020, p. 29). Nesse sentido, falar sobre o tema, sobretudo, ao relacioná-lo com as redes digitais, também passa pela compreensão de suas novas formas de manifestação, assim como no combate às manifestações do racismo de modo geral.

Noble e Senft (2013) propõem três formas de se contar a relação entre raça e redes sociais. Primeiro se fala sobre quem domina as empresas e produz toda a tecnologia de redes e plataformas, que são majoritariamente homens brancos de classe média alta e estadunidenses. Nessa mesma abordagem, também se leva em conta o acesso de pessoas não brancas às redes digitais, especialmente afrodescendentes e latino-americanos⁶. Em uma segunda visão, destaca-se a presença e a capacidade de criar comunidades por parte de pessoas negras e amarelas, mesmo com o acesso limitado à internet. A terceira visão, de maior interesse para as autoras, compreende raça não como uma categoria fixada, mas como um elemento de um sistema ideológico que produz classificações e exclusão a partir de um processo de racialização (NOBLE; SENFT, 2013, p. 110 -111).

As três visões nos permitem um panorama das diversas dinâmicas que compõem a relação entre redes sociais e raça. Mas assim como a proposição das autoras, a terceira visão nos permite uma maior relação com as particularidades de

⁶ “O Brasil e a Colômbia possuem a primeira e terceira maiores taxas de acesso à internet na América Latina, respectivamente, de acordo com o *Internet Live Stats* (2016), e a grande maioria dessa população não possui acesso pleno ou qualquer acesso à internet.” (ROSHANI, 2020, p. 47-48).

um fenômeno que se desenvolve tanto *online* como *offline*, mas que também agrega as particularidades históricas e culturais de cada localidade, como no caso brasileiro.

A abordagem permite entender como discursos de ódio que aparecem nos comentários de uma foto da viagem à Europa que uma atriz negra publicou no Facebook traduzem o entendimento de que houve a disrupção de um espaço considerado como branco (TRINDADE, 2020, p. 34). Mas também, compreender a capacidade de se criar redes para ressaltar a imagem positiva da ancestralidade, contribuindo para o aumento da autoestima pessoal; redes para produzir uma nova narrativa sobre territórios marginalizados e majoritariamente habitados por pessoas negras; redes de formação e apoio para jovens negros ingressarem no campo da tecnologia; ou, ainda iniciar redes que propõem a disseminação de informações sobre antirracismo ou como atuar em casos de racismo (ROSHANI, 2020). Ainda há o exemplo apresentado por Noble e Senft (2013) em que o humor também se torna um elemento principal para criar conteúdos virais que lançam um olhar crítico sobre as manifestações do racismo no cotidiano.

Metodologia

Para compreensão do ciberativismo em combate ao racismo no contexto brasileiro, serão tomados os casos da prisão de Rafael Braga, ocorrido em 2013; do assassinato da vereadora da cidade do Rio de Janeiro Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, ocorrido em 2018; e da morte da modelo e vendedora Kathlen Romeu, ocorrido em 2021. Os casos geraram diferentes mobilizações sociais nas redes que serão apresentadas a partir da análise de redes sociais e discursos realizados por Oliveira *et al* (2017), Oliveira *et al* (2020), Medeiros (2020) e Santos (2021), respectivamente.

Por fim, serão demonstradas as reflexões levantadas nas entrevistas semiestruturadas realizadas com a escritora Juliana Borges e a jornalista e coordenadora de comunicação do projeto 'Drogas: Quanto Custa Proibir'⁷, Thayná Alves, com o intuito de apontar caminhos possíveis no ciberativismo em combate ao

⁷ 'Drogas: quanto custa proibir' é um projeto desenvolvido pelo Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (CESeC), que busca a partir de uma metodologia própria mensurar os custos orçamentários e humanos na adoção de uma política de drogas proibicionista. Disponível em: <<https://drogasquantocustaproibir.com.br/>>.

racismo. O critério para escolha das entrevistadas se deu com o objetivo de abordar e localizar perspectivas de diferentes atores do ciberativismo, de um lado há a ativista e de outro uma organização da sociedade civil. No caso da organização, o critério foi a busca por uma organização localizada no Rio de Janeiro e que abordasse as questões pertinentes ao território, uma vez que todos os casos ocorreram lá.

Os casos dialogam diretamente com a pauta de violência policial, realidade que carrega particularidades no território do Rio de Janeiro e se conecta com a Lei de Drogas, especificamente nos casos de Rafael Braga e Kathlen Romeu, assim cabe uma breve contextualização sobre o tema.

A "nova" Lei de Drogas de 2006 aumentou a pena mínima por tráfico de drogas para cinco anos, gerando impactos nos números de encarceramento no país⁸. A mesma lei, além de afetar nos números de encarceramento do país⁹, também tem sido atribuída à imprecisão para lidar com pessoas usuárias de drogas que acabam por vezes sendo penalizadas por tráfico de drogas¹⁰.

O posicionamento proibicionista do Brasil fundamenta a realização de operações policiais violentas nas favelas, principalmente como é amplamente noticiado no território do Rio de Janeiro.

'Pela Liberdade de Rafael Braga'

Rafael Braga Vieira, jovem negro, catador de recicláveis, usuário de drogas e morador da comunidade Vila Cruzeiro localizada zona norte do Rio de Janeiro. No dia 20 de junho de 2013 foi preso e, posteriormente, a única pessoa condenada, em relação às Jornadas de Junho de 2013. A prisão ocorreu sob a justificativa de que Rafael carregava materiais para a produção de coquetel molotov: um frasco de

⁸ BOITEUX, Luciana. Brasil: Reflexões críticas sobre uma política de drogas repressiva *In*: **SUR 21** (2015). Disponível em: <https://sur.conectas.org/brasil-reflexoes-criticas-sobre-uma-politica-de-drogas-represiva/>. Luciana Boiteux discorre sobre os posicionamentos e atuações do Brasil em seu modelo atual de política de drogas, que subscreve tratados e convenções nacionais. Com a Lei de Drogas de 2006, vemos os efeitos contemporâneos do modelo proibicionista.

⁹ "Brasil se mantém como 3º país com maior população carcerária do mundo". Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/brasil-se-mantem-como-3o-pais-com-a-maior-populacao-carceraria-do-mundo/>.

¹⁰ Apesar de a Lei de Drogas, diferente da legislação anterior, não prever a criminalização de usuários, os critérios estabelecidos para decidir quem é usuário e quem é traficante ainda dependem da subjetividade do agente policial. Por isso, a falta dos chamados "critérios objetivos" é atribuída, por especialistas, como uma das causas do aumento da população carcerária. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/01/14/Lei-de-Drogas-a-distin%C3%A7%C3%A3o-entre-usu%C3%A1rio-e-traficante-o-impacto-nas-pris%C3%B5es-e-o-debate-no-pa%C3%ADs>

desinfetante Pinho Sol e água sanitária. O "coquetel molotov impossível" foi um dos motes da 'Campanha pela liberdade de Rafael Braga'¹¹, iniciada em fevereiro de 2014 e organizada pela Rede Meu Rio, Anistia Internacional e Instituto de Defensores dos Direitos Humanos (DDH). Também foi foco na produção de conteúdos na página do Facebook '30 dias por Rafael Braga' (OLIVEIRA *et al*, 2017). A 'Campanha pela liberdade de Rafael Braga' conta com um *site*, onde inicialmente as pessoas se juntavam a uma lista para pressionar um posicionamento de órgãos e representantes públicos em relação às inconsistências apresentadas na prisão de Rafael.

A situação de Rafael, que já expunha a seletividade penal do sistema de justiça, se agrava em 2017, quando ele é preso pela segunda vez em um flagrante que contava apenas com a versão policial entre as testemunhas.

"O caso Rafael Braga tem grande relevância em alguns movimentos sociais por se tratar de um dos episódios de maior incoerência jurídica brasileira da atualidade" (OLIVEIRA *et al*, 2017, p. 2). As mobilizações e "redes de indignação e solidariedade" em relação ao caso se organizaram principalmente no Facebook, a análise de conteúdo realizada por Oliveira *et al* (2017) mapeou 10 páginas na rede social sobre o tema, que dentre elas demonstravam um caráter de descentralização do movimento por páginas como "Campanha Nacional pela Liberdade de Rafael Braga", evidenciando que as mobilizações não se concentravam apenas no território que o fato ocorreu. Para análise, foram tomadas as duas páginas com maior número de curtidas e interações, a começar pela página 'Pela liberdade de Rafael Braga Vieira' que contava com 34.448 curtidas¹². Para além dos números expressivos de alcance e interação, a página traz um exemplo de como o apoio de figuras públicas e celebridades contribuem para trazer visibilidade para a pauta. No caso, a foto e o vídeo com uma fala em apoio à campanha do baterista Tom Morello aparecem entre as cinco publicações com maior taxa de engajamento e interação (OLIVEIRA *et al*, 2017, p. 6).

Por outro lado, a "articulação em torno da página "30 Dias Por Rafael Braga" demonstra de maneira eficaz como acontecem as conversações nas redes sociais na

¹¹ Disponível em: <<https://www.liberdadepararafael.meurio.org.br/>>.

¹² Dados referente ao primeiro semestre de 2017, na metodologia de Oliveira *et al* (2017) não está evidente qual o mês da apuração das curtidas.

internet" (OLIVEIRA *et al*, 2017, p. 6). A página foi criada após a segunda condenação de Rafael, em 2017. Ao longo de 30 dias corridos, publicaram conteúdos informativos sobre a prisão de Rafael e temas correlatos, entre eles a Lei de Drogas, dados sobre encarceramento e racismo. Dentre estes conteúdos, Oliveira *et al* (2017) destaca a ironização feita com os usos do desinfetante Pinho Sol, salientando a impossibilidade de se fabricar um coquetel molotov a partir dele. A produção de conteúdos contou com o apoio de pessoas voluntárias ligadas à causa e, como parte da proposta de mobilização, houve também uma programação de eventos em São Paulo discutindo os temas apresentados na página com transmissão ao vivo. Uma das transmissões aparece entre os conteúdos mais comentados na análise de Oliveira *et al*.

O caso ainda teve desdobramentos após 2017, no site da campanha há uma linha do tempo reproduzida no *Anexo A*, indicando a continuidade dos objetivos iniciais da campanha de comprovar a inocência de Rafael.

Após ser preso novamente, Rafael contraiu tuberculose no presídio e seu julgamento foi cheio de contradições das testemunhas de acusação e de falta de provas dos acusadores. Sua pena foi reduzida para seis anos de prisão e desde 2018 ele está cumprindo em regime de prisão domiciliar, ao lado de sua família.

Isso não significa que o problema esteja resolvido. Queremos que ele seja absolvido para que possa viver uma vida normal - e que sua inocência seja provada (RIO; DDH; INTERNACIONAL, 2014).

#MariellePresente

Marielle Franco foi eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2016, como a quinta vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro. A campanha de Marielle compôs um movimento denominado como *Primavera Feminista*, que a partir de campanhas nas ruas e *online*, garantiu a eleição de diversas candidaturas femininas pelo Brasil mesmo sem a disposição de recursos tradicionalmente demandados para uma campanha política (OLIVEIRA *et al*, 2020, p.140).

Mulher negra, cria da Maré, bissexual, mãe. Era assim que Marielle se apresentava. A vereadora iniciou sua trajetória na luta por direitos humanos a partir da experiência de perda de uma amiga, morta durante um tiroteio em uma operação policial na comunidade. Ingressou, em 2002, no curso de ciências sociais na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e após finalizar a graduação, realizou um mestrado em administração pública apresentando a dissertação "UPP - A redução

da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro"¹³. Integrou a equipe do deputado Marcelo Freixo, eleito em 2006, como assessora parlamentar. Neste período, Marielle assumiu a coordenação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Ao assumir como vereadora em 2017, pautas relacionadas à segurança pública e direitos humanos continuaram em sua atuação, mas também se destacou em atuações no campo dos direitos das mulheres, população LGBTI+, pessoas negras e moradoras das favelas.

"A figura de Marielle Franco se insere na luta das mulheres negras contra o genocídio da população negra e do racismo que incide de forma violenta e excludente sobre a população negra" (OLIVEIRA *et al*, 2020, p. 141). Marielle foi assassinada em uma emboscada ao sair de um evento da Casa das Pretas na noite do dia 14 de março de 2018. O carro em que ela estava com seu motorista Anderson Gomes e a assessora Fernanda Chaves foi bloqueado por outro veículo, de onde vieram treze disparos que levaram a óbito Marielle e Anderson.

o assassinato de Marielle Franco gerou grande comoção e mobilização. A partir das mídias sociais, foram organizadas manifestações que reuniram milhares de pessoas no Rio de Janeiro (Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), São Paulo (Museu de Arte de São Paulo, o MASP) e outras cidades brasileiras (OLIVEIRA *et al*, 2020, p. 141).

Oliveira *et al* (2020 apud BASTOS; GUERRA, 2018, p.2) menciona também a comoção gerada nas redes sociais. Apenas no Twitter, "nas dezenove horas subsequentes ao crime, "foram feitas 567,1 mil menções no Twitter" sobre o assassinato de Marielle Franco. A hashtag #mariellepresente chegou ao Trending Topics mundial do Twitter nesse mesmo período" (OLIVEIRA *et al*, 2020, p. 141).

Um dos elementos que compõem as mobilizações de Marielle, para além da ampliação do padrão que "começa na *Internet* e depois ganha multidões nas ruas" (MEDEIROS, 2020, p. 2), é a presença de diferentes *clusters* que nem sempre demonstravam apoio à trajetória e atuação de Marielle. Por conta disso, houve a disseminação de *fake News* sobre Marielle, desmentidas no site oficial da vereadora sob o título 'A verdade sobre Marielle Franco'¹⁴.

¹³ Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/2166>>.

¹⁴ "A verdade sobre Marielle Franco". Disponível em: <<https://www.mariellefranco.com.br/averdade>>.

O crime que acabou com a vida da vereadora indica uma mudança nas relações e na forma como as pessoas se expressam nas redes sociais, no que diz respeito ao assunto. Simpatizantes e não simpatizantes de Marielle Franco criaram padrões digitais (hashtags), como #MarielleVive e #MariellePresente, para opinar, discutir e solicitar investigações sobre o crime (MEDEIROS, 2020, p. 1).

As repercussões da morte de Marielle tiveram, ainda, alcance e posicionamentos internacionais. Ao completar um ano da morte de Marielle, Angela Davis destacou a trajetória de Marielle em evento na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos (MEDEIROS, 2020, p. 113).

Para além das diversas ações que ocorreram nas ruas e mapeadas, principalmente, pelo Instituto Marielle Franco¹⁵, Medeiros (2020) destaca o papel das *hashtags* nas mobilizações sociais pelo caso.

torna-se “hashtag” no cenário digital como uma ferramenta de promoção de debate de assuntos de cunho sociopolítico capaz de mobilizar a interação dos personagens no mundo real, o que indica uma nova forma de comunicação com a linguagem “hashtag”. O caso Marielle Franco é visto como um exemplo da atuação, estratégia e mecanismo do ativismo digital por meio de tags no Instagram (MEDEIROS, 2020, p. 153).

Kathlen Romeu

Kathlen Romeu, jovem negra, designer de interiores, tinha 24 anos e havia se mudado do Complexo de Lins, zona norte do Rio de Janeiro, fazia um mês. A motivação para a mudança foi a violência policial devido às constantes operações policiais na comunidade. Grávida de 14 semanas, Kathlen também trabalhava como modelo e vendedora em uma loja da Farm.

No dia 8 de julho de 2021, Kathlen estava no Complexo de Lins e foi atingida no peito por uma bala de fuzil durante uma operação policial e veio a óbito. "Ela foi um exemplo de mulher negra, moradora de favela, em plena ascensão social, que tem sua vida interrompida, vítima da violência urbana ocasionada pelos problemas sociais brasileiros advindo da omissão do Estado" (SANTOS, 2021, p. 8).

¹⁵ Disponível em: <<https://www.institutomariellefranco.org/>>.

A operação ocorreu, mesmo com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635 emitida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que restringia a realização de operações policiais em comunidades no estado do Rio de Janeiro.

O caso de Kathlen também se juntou à entoadada de casos emblemáticos, que ganharam destaque e mobilizaram "redes de indignação e solidariedade" entre 2020 e 2021. A morte do João Pedro Matos Pinto¹⁶, de 14 anos, e Ágatha Félix¹⁷, de 8 anos, também movimentou uma série de posições nas redes sociais. O caso de João Alberto Freitas¹⁸, homem negro morto por seguranças do supermercado Carrefour em Porto Alegre, também é um exemplo de como a violência atinge pessoas negras, além de ganhar mais um agente que opera o racismo: a esfera privada. O caso de Kathlen também compartilha deste mesmo elemento em sua repercussão. Para além das manifestações nacionalmente promovidas por movimentos e organizações como a Coalizão Negra por Direitos¹⁹, as mobilizações surgiram para se contrapor a posição de uma empresa da esfera privada. As "redes de indignação e solidariedade" se posicionaram em relação à publicação da marca Farm que, em nota sobre o falecimento da funcionária, promoveu uma campanha de arrecadação. As vendas realizadas com o código de vendedora de Kathlen teriam os lucros direcionados para a família dela. Santos (2021) aponta,

Poderíamos questionar por que a empresa não reverteu suas vendas, por completo, diretamente à família de Kathlen Romeu? Estamos falando de uma empresa que adquiriu, em abril, a marca Hering, pelo preço de R\$ 5,1 bilhões de reais. A indignação dos usuários que seguem a marca no Instagram surge,

¹⁶ Em 18 de maio de 2020, João Pedro foi morto durante uma operação policial no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. A polícia invadiu a casa que o adolescente estava, realizando uma série de disparos no local. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-19/jovem-de-14-anos-e-morto-durante-acao-policial-no-rio-e-familia-fica-horas-sem-saber-seu-paradeiro.html>>.

¹⁷ Em 20 de setembro de 2019, Ágatha Félix foi baleada em uma *kombi* que estava junto com a mãe, segundo os familiares os policiais alvejaram uma moto que passava próximo ao veículo. A operação aconteceu no Complexo do Alemão. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/entenda-como-foi-a-morte-da-menina-agatha-no-complexo-do-alemao-zona-norte-do-rio.ghtml>>.

¹⁸ Em 19 de novembro de 2020, João Alberto Freitas foi agredido e asfixiado até a morte por seguranças do supermercado Carrefour. O caso ocorrido um dia antes do Dia Consciência Negra, suscitou uma série de manifestações em frente aos supermercados da rede Carrefour. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/fotos-as-manifestacoes-pela-morte-de-homem-negro-em-supermercado-de-porto-alegre.ghtml>>.

¹⁹ A Coalizão Negra por Direitos é formada por organizações, movimentos e coletivos negros do Brasil. Em 11 de junho de 2021, a Coalizão promoveu uma manifestação em memória de Kathlen Romeu em São Paulo, o ato também tinha como pauta geral o genocídio da população negra. Disponível em: <<https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2021/06/11/coalizao-negra-por-direitos-realiza-vigilia-em-memoria-de-negros-e-negras-assassinados/>>.

justamente, da discrepância de realidades financeiras, além do lucro em cima da morte de uma funcionária (SANTOS, 2021, p. 10).

Após diversos comentários, a marca retirou a publicação do perfil e colocou um pedido de desculpas em relação à ação da campanha. Assim como nos casos anteriores, o de Kathlen não teve a investigação finalizada, a família se mobilizou para evidenciar o descaso do Ministério Público frente às investigações, pois o órgão não apresentou nenhuma denúncia contra os policiais envolvidos. Um ano após a data da morte, as mobilizações retomaram a força pedindo justiça por Kathlen e a responsabilização dos envolvidos.

Linhas cruzadas: o ponto em comum em mobilizações em denúncia ao racismo

Retomando Castells (2018) é possível visualizar como as mobilizações surgem com superação do medo pela raiva com situações de injustiça que se apresentam nos casos descritos anteriormente.

Apesar dos casos discorridos no artigo se apresentarem como emblemáticos, é possível notar como as pessoas que se juntam as "redes de indignação e solidariedade" têm a capacidade de dialogar com o tema a partir de um enfoque macro, relacionando-o ao contexto brasileiro de racismo e violência policial, mas também articular a partir de sua realidade local debates e ações, como ocorreu na campanha '30 dias por Rafael Braga' com eventos em São Paulo.

Para além disso, é possível verificar esse diálogo do local e global a partir da entrevista realizada com Thayná Alves, quando esta explica que notou a presença de perfis distintos de "influencers" para dialogar com o público diretamente afetado pelos efeitos da guerra às drogas. "Então a gente tem desde Dona Tereza até Thiago Amparo e Juliana Borges, pessoas completamente diferentes, mas que influenciam pessoas dentro do que fazem, dentro das práticas que possuem", declara Alves.

Outro ponto destacado é trazido por Juliana Borges, que fala sobre o papel das redes sociais como espaço para comunicação dos movimentos sociais organizados e a possibilidade de um ativismo que também contempla a ação "individual".

Hoje, a diferença que eu vejo é de quem é ativista e de quem é militante, porque o ativismo geralmente está mais na esfera individual. (...) você

escolhe a plataforma que você vai desenvolver o ativismo. Nas redes sociais em geral, eu falo que estou como ativista, porque eu tô colocando os meus pontos de vista e tal. A perspectiva militante é mais quando você tá organizado em algum coletivo. Então, por exemplo, quando eu vejo alguém que é militante do MNU, do Movimento Negro Unificado, aquela pessoa, ela participa, ela não só projeta o MNU nas redes sociais e suas posições pessoais. Mas também tem um processo de organização que são reuniões ordinárias que eles têm, então se tem plenária, a organização de atos e participação em atos ela não fica só como esse instrumento de usar as redes sociais para mobilizar os atos, mas também se reunir para pensar (Entrevista 1, Juliana Borges).

Também se observou o uso das redes sociais como catalisador para mobilizações nas ruas, como conceitua Earl (2019). Em todas as análises, notou-se a presença de manifestações nas ruas ou mesmo eventos para debater os temas relacionados ao racismo, violência policial e outros elementos presentes no caso. Essa característica de unir pautas é observada por Medeiros (2020) ao analisar os usos das *hashtags* atreladas ao caso de Marielle para o ciberativismo.

Neste sentido, verifica-se um comportamento parecido no caso Marielle, quando os internautas associam #MarielleVive e #MariellePresente, que é uma campanha virtual de grande proporção e um volume massivo de informações, à outras tags que remetem às outras causas sociais. Assim, entende-se como os internautas buscam estratégias e conexões de assuntos em comum para melhorar o desempenho da publicação e também ter uma visibilidade maior, fazendo que as tags fiquem em pautas constantemente e, também, colocar em pauta o debate de assuntos principais e secundários (MEDEIROS, 2020, p. 108).

Apesar dos casos seguirem sem uma resolução final na investigação, percebe-se que a partir deles é possível criar mobilizações que gerem o debate sobre a criação ou revisão de normativas estatais para o controle, tanto da violência policial ou política, como também do racismo perpetrado a partir dessas violências.

Conclusão

O artigo buscou atrelar os conceitos sobre ciberativismo com o referencial teórico sobre mídias e raça apresentados, com o olhar atento às dinâmicas próprias do racismo brasileiro para compreender como as mobilizações sociais em relação aos casos de Rafael Braga Vieira, Marielle Franco e Kathlen Romeu contribuíram no debate sobre racismo e seu combate.

O que se percebe é a articulação de redes que dialogam com realidades locais, se estendendo em ações nacionais e descentralizadas. Conceito apresentado por Castells (2013), que aborda a comunicação local e global simultaneamente, verificado enquanto elemento relevante nos casos.

Outra questão verificada nos casos foi a presença de ações em diferentes plataformas, como ocorreu nos casos de Rafael Braga e Marielle Franco, que contaram com palavras-chave, que agregavam os conteúdos em relação ao tema, mas também sites que reuniam a linha do tempo e histórico de cada caso. Além disso, essas plataformas são utilizadas como meio de comunicação para divulgação de manifestações nas ruas, característica conceituada por Earl (2017) e reforçada na análise trazida por Santaella (2016). Para além das plataformas, percebe-se a relevância do apoio e compartilhamento de figuras públicas para agregar no volume das mobilizações, característica verificada nos casos de Rafael Braga com o apoio de Tom Morello e Marielle Franco com apoio de Angela Davis.

Não de forma premeditada, os casos analisados neste artigo dizem respeito a dinâmicas características do território do Rio de Janeiro. Caberia para maior entendimento das mobilizações sociais em combate ao racismo no Brasil, um aprofundamento de casos em localidades fora do eixo Sudeste, recorrentemente privilegiado em análises.

Ainda vale aprofundar-se no papel das organizações da sociedade civil e afins na sistematização das informações acerca das mobilizações, para além do diálogo com órgãos e representantes. Como apresenta Roshani (2020), organizações da sociedade civil e empreendimentos sociais têm contribuído para avançar na criação de espaço de debates, qualificação de pessoas afetadas pelo racismo e mobilizações sociais. Quadro que se estende pelo Brasil e outros países da América Latina como analisa a autora.

Como descrito acima, os casos seguem sem uma finalização. Tanto no julgamento de Rafael Braga, que segue em cumprimento de pena, ainda que com medidas mais brandas, como nos casos de Marielle e Kathlen que não tiveram pessoas e/ou instituições responsabilizadas pelas ações que ocasionaram a morte de ambas. Mas como apontado pelas entrevistadas, Juliana Borges e Thayná Alves, uma

das maiores contribuições do ciberativismo negro é a de projetar tanto vozes negras como a pauta do antirracismo.

Referências bibliográficas

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora**: revista de arte, mídia e política. São Paulo, v. 8, n. 23, p. 73-97, jun.-set. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22474>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BABO, Isabela. Redes e ativismo. *In*: FELICE, Massimo di; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick (org.). **Net-ativismo**: redes digitais e novas práticas de participação. Campinas: Papirus Editora, 2017. Cap. 6. p. 115-133.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.

EARL, Jennifer. Possibilitando digitalmente a mudança social: aproveitando affordances e promovendo a mudança. *In*: FELICE, Massimo di; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick. **Net-ativismo**: redes digitais e novas práticas de participação. Campinas: Papirus Editora, 2019. p. 77-97.

LÉVY, Pierre. A esfera pública do século XXI. *In*: FELICE, Massimo di; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick (org.). **Net-ativismo**: redes digitais e novas práticas de participação. Campinas: Papirus Editora, 2017. Cap. 2. p. 115-133.

MEDEIROS, Weldson Silva. **MarielleFranco**: estudo da utilização das hashtags como ferramenta de mobilização no contexto do ciberativismo. 2020. 177 f. Dissertação (Mestrado em Novos Media e Práticas Web), FCHS: Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2020. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/104992>. Acesso em: 07 dez. 2022.

NOBLE, Safiya U.; SENFT, Theresa. Race and social media. *In*: **The social media handbook**. Routledge, 2013. p. 115-133.

OLIVEIRA, Taís Silva; DOTTA, Silvia; JACINO, Ramatis. Redes de Solidariedade e Indignação na Internet: o caso “Liberdade para Rafael Braga”. *In*: **Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação, 40.**, 2017, Curitiba. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Curitiba: Intercom, 2017. p. 1-15. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4495439/mod_resource/content/1/redes%20de%20solidariedade%20e%20indigna%C3%A7%C3%A3o%20na%20internet.pdf. Acesso em: 07 dez. 2022.

OLIVEIRA, Taís Silva; LIMA, Dulcilei da Conceição; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo. #QuemMandouMatarMarielle: a mobilização online um ano após o assassinato de marielle franco. **Líbero**: Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Casper Líbero, São Paulo, n. 45 (2020), p. 138-157, jan-jun. 2020. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1052>. Acesso em: 10 dez. 2022.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção cibercultura).

RIO, Meu; DDH, Instituto de Defensores dos Direitos Humanos -; INTERNACIONAL, Anistia (org.). **Liberdade para Rafael Braga**. 2014. Disponível em: <https://www.liberdadepararafael.meurio.org.br/>. Acesso em: 3 abr. 2023.

ROSHANI, Niousha. Discurso de ódio e ativismo digital antirracismo de jovens afrodescendentes no Brasil e Colômbia. In: SILVA, Tarcizio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

SANTAELLA, Lucia. A política nas ruas: os movimentos sociais já não são os mesmos. In: SANTAELLA, Lucia. **Temas e dilemas do pós-digital**: a voz da política. São Paulo: Paulus, 2016. Cap. 4. p. 75-99.

SANTAELLA, Lucia. Política nas redes e nas ruas. In: FELICE, Massimo di; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick (org.). **Net-ativismo**: redes digitais e novas práticas de participação. Campinas: Papirus Editora, 2017. Cap. 7. p. 134-154.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no brasil. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TRINDADE, Luiz Valério P. Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. In: SILVA, Tarcizio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

Apêndice A – Entrevistas transcritas

Entrevista 1

Arquivo Juliana Borges Entrevista.m4a²⁰ Duração 01h08m12s

Juliana Borges é escritora, atua na área de advocacy da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas, é conselheira da Plataforma Brasileira de Política de Drogas e estuda Segurança Pública. Foi consultora na área de Violência do Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo e da Elas Existem - Mulheres Encarceradas e do Núcleo de Monitoramento, Memória e Combate a Violência da OAB-SP. Foi coordenadora acadêmica da Plataforma Feminismos Plurais. Estudou Letras e tem a livraria HG Publicações. Foi Secretária -Adjunta de Políticas para as Mulheres e assessora especial da Secretaria do Governo Municipal, da Prefeitura de São Paulo (2013 a 2016). Autora dos livros "Encarceramento em Massa" (Jandaíra, 2019) e "Prisões: espelhos de nós" (Todavia, 2020). Feminista negra decolonial, antiproibicionista e antipunitivista. Colunista da Revista 451.

Realizada em 11 de março de 2023

Letícia: Agora foi. Para começar eu queria que você só fizesse uma apresentação breve, para você falar por você mesma de você e não sei se tem algum ponto que você queira destacar. Acho que é sempre legal deixar esse espaço.

Juliana Borges: [parte do áudio fica em silêncio] Na verdade, que eu comecei a militar foi em coletivos, então eu já entrei na universidade conhecendo pessoas do cursinho

²⁰ Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1X4jJnSg8JTlqjYw2qRYULGsmPNO96L8/view?usp=sharing>.

que eram militantes. Aí na universidade eu comecei a militar que num coletivo, que não era só estudantil, já era num movimento social que tinha atuação na universidade. Então, eu fui pro centro acadêmico e ali, foi no centro acadêmico, no movimento estudantil, que eu passei a ter mais contato de fato com o feminismo, né. E foi na universidade num debate que aconteceu na Faculdade de Direito, na São Francisco, que eu conheci, que eu soube que tinha o feminismo negro, que tinha essa vertente, assim tem muitos problemas de falar que isso é uma vertente, que eu soube da perspectiva de construção das mulheres negras que é o feminismo negro. Então eu comecei a atuar mais em coletivos feministas mesmo, ajudei a construir a Frente de Feministas da USP, que hoje é um super coletivo que se organiza na universidade e aí passei a atuar mais no movimento de mulheres mesmo. Não deixei a militância, é que assim, eu não deixei a questão racial de lado. Eu ainda participava de coisas sobre o antirracismo na universidade, mas eu ainda tinha uma certa dificuldade, porque o movimento da universidade assim era muito a galera negra que se organizava na universidade, eu achava que era muito numa perspectiva separatista assim, sabe? Em relação a movimento geral e tudo mais, e eu achava que a gente tinha que disputar os espaços do movimento geral do movimento estudantil, até para mudar a percepção da galera da universidade sobre o racismo e sobre o feminismo. Então, a época que eu comecei a militar no movimento estudantil, foi uma época de muitas mudanças no movimento estudantil brasileiro. Então foi quando a gente teve o primeiro encontro de mulheres da UNE, nunca tinha tido um espaço só de mulheres na UNE, o primeiro encontro de jovens negros e cotistas também. Então, foi um momento mesmo de mudança de chave, e aí eu focava mais nessa militância geral e aí eu focava mais nessa militância geral mesmo. Então eu fui do centro acadêmico, do DCE, da UEE e fui coordenadora nacional do coletivo que eu compunha no movimento estudantil. Aí por conta disso, eu acabei, como eu militava no movimento feminista, nesse processo eu acabei me filiando ao PT. E foi quando me tornei secretária municipal de mulheres do PT, isso em 2012, né. E eu já assim, era já um processo que eu tinha saído do movimento estudantil, eu já tinha saído da universidade, então fui me aprofundar mais no debate feminista de organização interna e quando eu fui eleita na Secretaria Municipal de Mulheres do PT foi bem no processo que o Haddad se tornava candidato da prefeitura de São Paulo. E eu acabei já entrando de cabeça, coordenando a campanha dele na prefeitura da cidade. Foi uma campanha vitoriosa e tal, a gente ganhou e eu tinha a perspectiva de ficar

fazendo a militância no partido, mas foi bem, teve bastante pressão pra gestão pública e eu acabei indo porque eu achei que seria interessante ter essa experiência. Já tinha trabalhado com um deputado federal, já tinha trabalhado com vereadora pela cidade. Então eu queria ter essa experiência mesmo na gestão pública, então eu fui pra Secretaria de Mulheres da prefeitura, acompanhei o processo todo de 2013 de lá na gestão, foi bem difícil assim e tal. E depois eu saí da Secretaria de Mulheres e fiquei até o final da gestão como assessora especial da Secretaria do Governo e do Gabinete do Prefeito, então eu acompanhava grandes eventos da cidade, fazia mapeamento político das subprefeituras, então esse era o meu papel ali. Daí disso, foi quando eu comecei a decidir que eu não queria mais estar tanto no movimento feminista em si, eu queria repensar o meu ativismo e a minha militância, né. Eu tinha já uma relação assim, de já na universidade ter participado de algumas discussões sobre polícia militar, sobre segurança pública e na gestão eu acabei me interessando muito por acompanhar o debate do DBA, o de De Braços Abertos. Eu tenho um irmão que foi preso, ele é egresso do sistema prisional, então esse era um tema que já me chamava a atenção, mas eu não sabia muito por onde começar e como fazer essa discussão. Daí foi quando eu reencontrei a Nath né, já tava nesse processo, e ela me chamou para estar no que ainda era uma estratégia, não era uma ONG ainda Iniciativa Negra, isso já em 2016, final de 2016. E foi quando eu falei. Eu já tinha nesse processo antes, pensado em voltar para a universidade, então já eu tinha voltado pras Ciências Sociais. Voltei para a universidade, mas eu não queria voltar na Letras. Então, no começo de 2016, eu já estava na Sociologia e Política. Aí foi quando eu, no final de 2016, reencontrei Nath e tal, fui pra Iniciativa Negra. Então foi quando a minha militância mesmo teve uma virada de página de começar a aliar essa luta antirracista que eu tinha muito forte com a luta feminista, que eu também tinha muito forte, uma formação muito forte nessas duas áreas. O que eu tinha aprendido de articulação política sendo movimento estudantil e eu também queria aliar essas coisas a. Perdão. A minha produção na universidade, né. Então, justamente, lendo as feministas negras, eu fui compreendendo que a nossa presença na universidade tem um papel político a cumprir. Então, foi quando eu falei assim, eu acho que o eixo que eu quero estar mesmo é esse feminismo antipunitivista, antiproibicionista, antirracista e discutindo também o sistema prisional. O que era uma coisa que eu sempre, eu consigo perceber melhor esse processo agora, que eu meio que a partir dessa militância que eu fui aprendendo a lidar com a questão da prisão do meu irmão. Porque esse é um debate

que nunca foi feito na minha família, ninguém nunca discutiu isso, só se falava "como é que a gente vai fazer para ajudar o Tiago e tal", mas nunca teve assim uma discussão sabe do que isso trouxe de impacto familiar ou não. Então, eu sempre falei assim a militância disso meio que uma terapia também pra me fazer compreender todo esse processo assim, né. E aí quando, já em 2017, já estava já na Iniciativa há um tempo e aí fui convidada a escrever o livro sobre encarceramento em massa. Comecei a fazer, a pensar uma pesquisa na FESP que discutisse sistema de justiça criminal. Não andou né, não avançou, mas eu fiz uma boa parte, vai me ajudar bastante quando eu for prestar da pós, pro doutorado. E aí foi isso, aí eu comecei, aí eu escrevi o livro 'Encarceramento em massa'. Eu só topei escrever porque era pra ser um livro introdutório, porque eu falei assim eu ainda não estudei tudo o que eu acho que eu tenho que estudar nesse tema de política criminal pra fazer um livro super completão. Então, eu topei porque era essa coisa meio mais simples mesmo, de colocar a bibliografia e tal. E foi assim nesse processo também, em dois mil e... voltando um pouco antes, em 2013-2014, que eu comecei a ter uma participação mais forte nas redes sociais também, de usar desse espaço como uma plataforma pra expor o que eu pensava e tal. E pra expor, construir crítica e tal, eu usava muito o facebook. Aí intensifico isso, principalmente nesse processo de 2017, aí começa essa coisa de pensar mesmo produção de conteúdo, como produzir um texto, como desenvolver um conceito nas redes sociais. Então começo a aliar esse. Como eu estava em um processo de estar de volta à universidade, querer produzir conhecimento na universidade e escrever o livro, eu já não podia mais, eu já não tava mais com tempo e disposição pra estar no movimento, que que era esse, entre aspas, movimento do mundo real. Então eu comecei a focar mais mesmo nesse ativismo da internet, de pensar a internet como um espaço de possibilidade para fazer com que mais pessoas conhecessem o feminismo negro e conhecessem os debates antirracistas e feministas. Acho que falei demais.

Letícia: Já até antecipou algumas das perguntas que eu tinha. Que o primeiro era até importante pontuar se você já tava assim familiarizada, já se considera uma pessoa que faz um ativismo nas redes sociais. Acho que com essa finalização já respondeu e também o que te levou a ver nas redes sociais um espaço para ativismo. Como você entende esse uso das redes sociais para ativismo? Pra você qual a percepção de possibilidades.

Juliana: Olha, eu acho que assim, eu acho que hoje. Vou falar assim a partir de quando eu comecei, que é aquela brincadeira do meme das redes sociais, eu to aqui desde quando isso aqui tudo era mato. Eu sou dessa geração, que é a última geração, que falam que é a última geração do mundo sem internet e redes sociais, que viveu os dois mundos, quando não tinha e quando tinha. Falam que a minha geração é divisor de águas, as gerações seguintes já nasceram em um mundo tecnológico de internet e tal. Então eu tive assim ICQ, tive todas essas coisas, ICQ, MSN, Orkut e aí no começo era muito uma coisa mesmo rede de relacionamento, de risada, de encontrar pessoas e tal. Eu comecei a entender que aquele era um espaço que podia gerar troca, diálogo e que podia ajudar no processo das lutas políticas, eu começo a pensar melhor espaço mesmo já é 2015 assim, sabe? Antes, era um espaço muito. Ah, de vez em quando eu postava umas coisas mais sérias, mas ainda era um espaço muito de piada, trocar com as pessoas, conhecer as pessoas e tal. Depois eu começo a perceber que não, que pode ser um espaço de plataforma política. Eu acho, eu acho que não. Eu não acredito na dicotomia de mundo virtual e mundo real, eu acho que cada vez mais isso é uma coisa muito de quem era da minha geração: a gente faz muito essa divisão do mundo virtual e do mundo real. Eu acho que hoje em dia cada vez menos tem isso, as coisas estão muito complementares, inclusive os próprios movimentos sociais entenderam que eles precisam estar nas redes sociais, tem uma disputa que acontece pelas redes sociais. Eu acho que é importante estar nesse espaço, eu acho que é importante utilizá-lo como uma plataforma de discussão política, como espaços, é claro que ela tem suas limitações. Então, por exemplo, eu sempre falo pra mim. Porque eu acho que continuam como redes de relacionamento, apesar de serem plataformas importantes, então a gente tem que entender assim, não dá pra você fazer um artigão acadêmico super profundo a partir das redes sociais, porque tem uma limitação de espaço, tem uma limitação que é a dinâmica das redes sociais que é mais. As pessoas estão querendo ler coisas mais rápidas mesmo e tal. E eu acho que isso acaba criando alguns ruídos, muitas vezes, na discussão das redes sociais. Mas eu acho que a gente tá conseguindo avançar também num debate que assim, a gente tá cada vez. A gente tá se tornando cada vez mais complexa essa presença das redes sociais na nossa vida e como a gente atua nelas. Então, eu percebi que uma coisa que não tinha, que era um debate que não tinha antigamente. Antigamente, tipo dez anos atrás e tem hoje. Que é uma discussão de a gente precisa criar regulações do espaço das redes sociais, porque se por um lado a gente da

militância entendeu que é um espaço importante que pode amplificar vozes, os conservadores também entenderam que é um espaço de organização. Então, a gente vê, por exemplo, esse crescimento da violência política, principalmente, a partir das redes sociais. Então também virou um espaço de organização de fóruns da direita também, que era uma coisa que não tinha tanto antes. Pelo menos há uns sete anos atrás, se tinha mais uma. Eu, pelo menos, enxergava desse jeito que é a minha bolha. Então eu via muito a esquerda discutindo "temos que estar nas redes sociais ou não?". E eu sempre achava meio tosco esse debate, as redes sociais existem, as pessoas jovens vão estar nas redes sociais, não só jovens, todo mundo, então a gente tem que estar nesse, produzindo conhecimento. Eu enxergo como uma coisa muito importante, eu já meio que fiz essa diferenciação meio tosca de espaço virtual e espaço real, não faço mais. Eu acho que tem uma diferença, hoje a diferença que eu vejo é de quem é ativista e de quem é militante, porque ativismo geralmente está mais na esfera individual, você faz ali e aí você escolhe a plataforma que você vai desenvolver o ativismo. Nas redes sociais, em geral, eu falo que estou como ativista porque eu tô colocando os meus pontos de vista e tal. A perspectiva militante é mais quando você tá organizado em algum coletivo. Então, por exemplo, quando eu vejo alguém que é militante do MNU, do Movimento Negro Unificado. Aquela pessoa, ela participa, ela não só projeta o MNU nas redes sociais e suas posições pessoais, mas também tem um processo de organização, que são reuniões ordinárias que eles têm, né. Então se tem uma vez plenária, a organização de atos e participação em atos. Ela não fica só como esse instrumento de usar as redes sociais para mobilizar os atos, mas também se reunir para pensar. Então, eu acho que a militância tem uma outra pegada para além da presença do ativista nas redes sociais. Mas hoje eu faço essa diferença nesse sentido, mas não como uma diferença de hierarquizar quem é mais importante e quem não é. Eu acho que hoje em dia estar nas redes sociais com uma perspectiva de um ponto de vista político está cada vez mais se equiparando a não estar, entendeu? A quem quer fazer, por exemplo, essa diferenciação de estar no território ou não estar, enfim, não sei se eu respondi.

Letícia: Respondeu sim, mas comentando um pouquinho dessa dicotomia. Hoje também, a forma que a gente tem as redes sociais na vida fica muito mais difícil, sei lá começo de 2015, até eu que sou um pouco mais, eu lembro que no meu ensino médio eu não tinha uma coisa assim que eu carregava a todo momento. Era o

momento que eu sentava no computador e aí ia até as redes sociais. Não era uma coisa tão móvel como hoje. E aí acho que essa perspectiva de até emenda com essa pergunta que. Como era para você essa questão do acesso à internet? Que eu acho que é muito importante a gente refletir sobre isso, principalmente falando sobre combate ao racismo no movimento negro, ativismo negro.

Juliana: É assim, é até meio. Pensando assim qual é o gancho que eu falo. Porque lá é assim em relação ao meu. Eu cresci num bairro periférico, né, no Jardim São Luís, mas vou pensar assim em relação a parte dos meus. A parte dos meus amigos eu até era. Eu tinha até uma vantagem social em relação a isso. Minha avó era muito, tem muito, tinha e agora ela tá velhinha e tal. Mas ela tinha muito uma perspectiva de que assim coisas, coisas que ela achava que eu tinha que participar porque eu ia me ajudar no meu futuro assim, sabe? Então ela era meio assim e a gente tinha lá em casa sim, tinha uma outra visão. E quando tem o telefone, por exemplo, tinha uma vizinha que tinha telefone. Logo depois a gente conseguiu o telefone também, a gente era uma das famílias que tinha telefone. Aí quando começou essa coisa de internet, que era por telefone, que se você cavar, se você, você acessar a internet lá pelo AOL, você e o seu telefone. Você precisava ter uma linha de telefonia fixa, né para usar a internet. E é aí que essa coisa de quando você usava a internet você não conseguia receber ligação, porque você tinha que desconectar o cabo do telefone, como conectar no computador e tal. Então eu tinha. Aí minha avó fez um plano da internet, só que eu não tinha assim essa internet por exemplo, que provavelmente nesse período a galera de classe média já tinha, que era uma internet para aquela época um pouco mais rápida que a pessoa podia usar em qualquer horário do dia. Então tinha um acordo com a minha avó que eu usava geralmente à noite, que era quando a tarifa era mais baixa e de preferência de madrugada. Porque tinha aquela coisa de centavos e tal. Porque minha avó usava o telefone para trabalho também. Então durante o dia não dava pra ficar usando a internet porque com ela podia perder alguma ligação de trabalho e tudo mais e não sei o que, a não ser que eu fosse. Então no começo era uma coisa meio. Que era isso que você falou mesmo, precisava ter um momento, tinha um momento que não era diferente de hoje, né, Que a gente estava todo o tempo conectado, né. A gente carrega as nossas redes sociais com a gente no celular, a gente tem internet o tempo todo, né. Naquela época não era o momento que ia parar na rede social. E aí eu lembro que minha avó comprou um computador assim, de

segunda mão para mim e tal, pra eu poder ter um computador e tudo mais. Mas não, mas era, mas assim era. É que eu não gosto de colocar assim, que era um acesso precário, porque eu acho que se comparar com outros colegas meus eu tinha uma vantagem social em relação a esse acesso porque eu tive. Eu tive uma família que falou não, você precisa tá, precisa dessas coisas, vai te ajudar na escola, vai te ajudar a pessoa com pesquisa de trabalho, não sei o que, na minha família, era sempre assim. Tudo bem que eu queria entrar por conta do ICQ, eu queria entrar por conta dessas coisas, mas a minha família era assim. A gente precisa garantir para você que vai te ajudar profissionalmente. Isso é uma coisa que é. Era uma coisa não entender muito bem que era esse negócio de internet muito certinho e tal, mas que precisava ter que de alguma ter me ajudar no trabalho. Só que aí, aí como eu podia sair pra mais de madrugada porque tinha essa coisa de ser muito caro e do telefone que minha vó usava e tal, eu comecei a. Era muito ICQ, era muito bate-papo que usava. E naquela época tinha aquela que as salas do UOL não eram só de pornografia, eram salas que tinham debate mesmo e tal. Então, eu entrava muito nessas salas. E aí eu lembro que foi numa sala dessa que era de música que eu conheci também um programa que você podia baixar músicas. E aí nesse programa que podia baixar música. Eu estou tentando lembrar o nome que eu te falei, que era tipo um layout bem tosco, bem basicão assim. Aí tinha chat também de debates e ali que eu comecei a ouvir mais alguns debates, que não era só assim, conhecer as discussões mais profundas sobre música, sobre ritmo. Às vezes tinha alguma coisa mais política assim, esses chats e tal. Então, assim, o que eu quero dizer é que o meu acesso à internet não era um acesso padrão de classe média, mas também não era um acesso tão precário, sabe?

Letícia: Sim.

Juliana: Então eu não tive assim. E eu ia na lan house para imprimir coisas, eu não ia exatamente na lan house, pra usar o computador da lan house, a não ser quando dava um problema na internet lá de casa, que era muito comum também. Bem mais comum do que hoje em dia. Hoje em dia isso dá problema, mas antes dava muito mais. Então eu aí eu ia para lan house, mas eu não tive assim, essa cultura da lan house que tem na quebrada, assim, da galera que ia sempre que só acessava a internet por lá. Não, eu acessava a internet da minha casa. Mas aí tinha essas limitações, por isso porque era muito cara e tal. Então tinha uma coisa com a minha avó até X você pode gastar até, até tal hora e tudo mais. Então eu nunca considero que o meu acesso a internet

foi precário, entendeu? Bem, eu acho que não. Acho que teve algumas diferenças, porque a gente não era rico. A gente não era de classe média, a gente era pobre, mas tinha uma família que entendia que eu precisava acessar aquilo ali. Não sabia muito bem o que era isso que eu tinha que aceitar, né? Então, então tinha um esforço familiar pra que eu conseguisse acessar de algum modo a internet, as redes sociais.

Letícia: E aí no, no período em que você já estava mais ativa nas redes sociais, isso se manteve. Não foi uma questão para você o acesso?

Letícia: Não, não foi uma questão. Porque conforme foi assim, democratizando né assim, entre aspas, porque a gente sabe que ainda falta muito pra democratizar de fato. Mas que foi assim, ampliando mais os acessos e tal. Então, eu lembro que quando a situação melhorou um pouco mais, eu tinha mais trabalho e tal. Eu tinha mais trabalho da faculdade e tal. Aí minha avó fez maior rolo lá e conseguiu comprar um computador para mim, melhor e aí assim. Só que eu não tinha essa coisa de que a gente hoje em dia a gente pega, coloca nosso computador na mochila e leva para faculdade, né? Então isso não tinha. Então na faculdade eu lembro que na FFLCH, na USP toda, você tinha aquela sala, se chamava Sala, como é que chamava? Sala, aí tinha um nome, mas era sala dos alunos ou coisa assim, que aí você ia, tinha sua carteirinha da faculdade e tal, e aí você tinha X tempo para poder usar o computador, os computadores que ficavam lá e para imprimir também trabalhos. Você tinha lá o X de páginas que podiam ser impressas também. Então, mas essa coisa da faculdade, aí já tinham pessoas que eu vi que tinha já um computador que tinha aquele para acessar a internet. O meu sonho era ter aquele pen drive gigante, para

Letícia: Ah, eu lembro.

Juliana: Para acessar a internet e tal. Então tinha uma galera que já tinha isso e aí eu usava a, a sala de. Eu to tentando lembrando, mas não consigo lembrar. Mas a sala de informática vai, que era da faculdade assim. Mas isso nunca foi uma coisa de. Eu nunca senti essa coisa de estar sempre está totalmente por fora, sabe por que não está quase no mesmo nível de acesso que amigos meus de classe média tinha, mas eu tinha acesso de alguma maneira, então eu não, eu não. Eu não entendo assim que eu tinha, eu não entendo. Pensando assim, diante de pessoas que têm muita dificuldade para acessar a internet, então eu não consigo me classificar como uma

pessoa que é de grandes dificuldades, sabe, pra ter acesso. Sempre teve uma coisa assim de, da minha família, de tentar garantir, mesmo que fosse o plano mais barato, mesmo que fosse um onde eu não sinta certo. Mas enfim, eu não sinto...

Letícia: Essa diferença.

Juliana: Essa diferença. E acho que de algum modo eu fui sempre acompanhando essas modernizações assim, sabe?

Letícia: Sei.

Juliana: Na internet. Podia ser não no tempo que lançasse mas. Então eu não tinha assim um privilégio de acessar mais. Mas eu acho que eu tinha uma vantagem em relação a muitos amigos meus também de periferia, entendeu? Que só tinham uma lan house, por exemplo.

Letícia: Sim, mas e aí, agora que eu fiz esse primeiro bloco assim, mais pensando nessa parte em geral eu tive outras redes e aí eu vou entrar agora um pouco mais nessa parte do debate sobre racismo nas redes. E aí eu queria que você me desse uma percepção sua de como que tá esse debate atualmente nas redes. Como que você sente esse debate?

Juliana: Nossa difícil. Nunca pensei assim. Nunca parei para pensar nisso. Então eu acho que eu vou falar de pessoas negras, porque eu acho que não é espaço do movimento negro. Sim, tem pessoas, figuras do movimento negro que tem, que são muito ativas, mas para ficar mais amplo assim, né? Eu acho que as pessoas negras, elas estão, acho que as pessoas negras. Elas sacaram que esse é um espaço importante para estar presente e pra mim é como uma oportunidade para fazer uma série de discussões antirracistas. Eu não, eu não sei. Assim eu vou muito pelo que eu entendia desse processo. Então, para mim esse é um espaço importante. O Facebook na época era muito importante para isso assim, que garantia comentário e tal, mas eu acho que tinha. Eu acho que assim, o que eu sinto de mudança de antes de seis anos atrás pra agora, por exemplo, é a qualidade dos debates. Eu acho que antes as pessoas, elas estavam mais abertas para usar aquilo como um espaço de discussão mesmo, de diálogo. Então você via, às vezes você ficava acompanhando, às vezes vários vai e volta assim, de dono de postagem, com pessoas comentando no

Facebook. Se você vê que ali tinha uma discussão, às vezes descambava, normal da vida, para uma briga e tal. Mas em geral as pessoas elas tinham para chegar na parte da treta, da briga de internet, tinha um longo caminho a percorrer, assim como muitos comentários. Tá interferindo muitos cachorro?

Letícia: Não, tá tranquilo.

Juliana: De muitos comentários e muitos debates assim até chegar num nível que as pessoas se desrespeitassem. Eu acho que hoje eu sinto que hoje está assim. A gente tem mais presença de pessoas negras falando de racismo e de antirracismo na internet. Eu acho que, eu acho que tem muito mais gente fazendo isso na internet, até como profissionalmente gosto de conteúdo. A pessoa tem uma programação do que ela vai gostar, mas eu já cheguei a pensar, assim, temas que eu ia postar num mês, mas hoje em dia eu não posto porque eu não a fim e tal. Mas eu já tive essa programação. Mas ainda tem gente que, né, trabalha nessa lógica, porque também as redes sociais hoje em dia, antes elas não tinham o que é uma característica que elas têm hoje, que é ser um espaço de trabalho, né. Mas eu sinto que eu não sei se é por conta das redes sociais que é, mas eu sinto que hoje tem mais uma agressividade, tem um espaço mais. Mais arenoso, sabe? Antes eu tinha, eu penso. Hoje em dia eu penso muitas vezes aqui no que eu vou postar, o que vai virar um textão, sabe? De internet. Antes eu pensava menos, entendeu? Era assim tem um, tem uma questão que precisa ser comentada. Eu vou comentar, porque eu sabia que assim não ia gerar tanto *hate*, ia gerar mais um debate, que eu podia me entender com algumas pessoas. Mas a vida que segue. Hoje eu sinto que qualquer coisinha pode ser alvo de *hate*, alvo de cancelamento, sabe? Eu sinto que tem uma tensão maior, uma animosidade maior hoje nas redes sociais. Não, eu não sei se eu respondi assim,

Letícia: Sim.

Juliana: Mas, mas eu acho isso. Acho que é aí. E aí eu acho que isso faz com que eu entenda o racismo. Pessoas negras acabem sendo os maiores alvos, né? Desse *hate*, dessa. Eu não sei se tem alguma pesquisa que mostre, mas assim, com certeza por conta do racismo, talvez pessoas, com certeza pessoas negras, elas acessem menos a internet em relação a pessoas brancas no Brasil, né? Porque tem acho que 40% da população não acessa, né, cotidianamente as redes sociais, né. Então, mqs eu acho

que é mais assim, por mais que eu possa divergir de alguns conteúdos que são produzidos antirracistas, eu acho que importante, mas eu acho que hoje a gente tem percebido que essa presença ela tem que ser, ela tem que está mais aliada a uma discussão também de regulação das redes, das redes sociais, de regulação disso. Então, de ter um marco. Eu nem sei se é provado, mas, mas acho que ter um marco regulatório mesmo da internet, das redes sociais. Eu vejo muito mais forte essa discussão, que antes era bem superficial, sabe? De algoritmo, de racismo algorítmico, que achava que era racismo algorítmico era só não, não aparecer as minhas postagens para as pessoas. Hoje todo mundo. Ninguém mais fala essa bobagem, sabe? Todo mundo entendeu que não é isso. É uma coisa bem mais séria do que só não apresentar a sua postagem para as pessoas curtirem, né? Então eu acho que é isso. Acho que acho que a internet é essa coisa contraditória mesmo. Sabe o que é que é um espaço de oportunidade também é um espaço, é a vida, é isso. É por isso que eu acho que não faz mais sentido separar mundo virtual de mundo real, né? Porque essa é a dinâmica da vida, assim, assim, só que com diferença, talvez a diferença do espaço das redes sociais. É que, como você não está no contato direto com a pessoa, assim no espaço físico. A pessoa ela acha, ela está mais liberada para liberar sua animosidade em cima do outro assim, sabe? Pra ser menos tolerante, assim, sabe, em relação ao outro. Então acho que tem esse desafio pra enfrentar, principalmente do ponto de vista racial, né? Essa é uma regulação que não é uma regulação para tolher as pessoas, cercear as pessoas, mas para estabelecer padrões mínimos de dignidade. As pessoas que estão ali nesse fórum das redes sociais, para não a proliferação do discurso de ódio, mas também na situação, está ficando cada vez um espaço mais tóxico, sentido, mas.

Letícia: Sim.

Juliana: Então, mas eu acho que tem. Eu acho que a gente tem que estar lá assim, qualificando o debate, né? Eu vejo que cada vez tem mais vozes negras, tem mais gente negra. Sim, toda vez que eu vejo uma pessoa. Acho que quase todo dia, você consegue ter um perfil novo de uma outra pessoa preta, produzindo conteúdo, problematizando questões, falando da importância da luta antirracista, isso é massa. Mas eu acho que tem essa contrapartida, que não vem das redes sociais, por serem empresas privadas e tal, que é de uma de uma regulação e mostrar que aquilo não é

uma terra sem lei. Eu ainda acho que tem esse. Acho que tem alguma zona cinzenta na internet, de ainda ser muito uma terra sem lei, sabe?

Letícia: Sim.

Juliana: E aí acaba sendo um espaço que acaba reproduzindo também o racismo e tal. Então eu acho que é isso. Eu acho que eu não consigo te dar uma resposta muito fechadona, porque eu acho que é muito uma coisa de vai e volta. É bem contraditória sim, sabe? A atuação nas redes sociais, mas acho que não tem como fugir, né. Às vezes eu até penso que quem mora no mato e não entrar nunca nas redes,

Letícia: pode ser a solução (risos).

Juliana: Mas não tem como assim. Você tem que de alguma maneira, de alguma maneira você vai estar. Então se vai ser, hoje em dia, você vai ser colunista antes assim para ser colunista, porque é essa coisa das redes sociais. Elas ajudaram, inclusive a projetar pessoas negras que, que se fossem seguir aquele rito da universidade, aí você está num grupo de pesquisa, aí você precisa se, né, enfim, passar por todas as dinâmicas de grupo de pesquisa para conseguir, sei lá, um dia ser colunista da Folha de São Paulo. Eu acho que as redes sociais ajudaram pessoas negras nesse sentido. Que era um espaço que assim, se você. Você não precisar ter que passar pelo crivo, por exemplo, do seu coordenador de pesquisa. Eu escrevi uma coisa que as pessoas achavam que era importante, que era, obviamente, não é escrever qualquer coisa sem base, é com base, com dados e tal. Mas isso projetou muitas pessoas negras que esse espaço da universidade ainda é muito branco, muito classe média, né. É muito. Então eu acho que as redes sociais, elas ajudaram a gente a. Se antes o caminho para virar, por exemplo, o colunista da Folha de São Paulo era um puta de um caminho, isso ou que você precisava usar, ou que você precisava ter uma rede de contatos, o tal do network, né, Muito bem organizado. Geralmente são pessoas branca de classe média, de classe média alta que têm isso. As redes sociais elas permitiram que pessoas negras, por exemplo, acessassem esse espaço. As pessoas, a gente ainda tá aquém do que a gente tem, mas hoje a gente tem muito mais colunistas negros na Folha, no Estadão, em revistas, quaisquer que sejam, seja literário, seja da fotografia, seja de arte. Você vê assim, o campo das artes visuais assim, das artes plásticas, perdão. É um campo que a galera negra tá super e sabe.

Muita gente, que muita gente começou a postar na internet as suas obras, as suas obras. E isso, começou e chamou atenção das galerias de arte. E aí então assim tem essa, essa potência também, né, das redes sociais em relação a pessoas negras. O que eu acho que acaba contribuindo para a luta dos antirracista de alguma maneira.

Letícia: Sim. E aí, voltando na sua parte, principalmente de coisas que a gente debate. Hoje, a gente tem um olhar pro racismo que é muito assim. Existem múltiplas formas que uma pessoa pode sofrer racismo, como é que você acha que essa a internet hoje ela vai discutir essas múltiplas formas? Você acha que isso acaba sendo mais benéfico? Vira uma coisa assim que desvia tudo. Ter esses vários debates das nuances do racismo.

Juliana: Eu tenho uma preocupação sobre isso. Inclusive é o que me motivou a pensar um dos meus livros que me faz lembrar que eu tô atrasada com o editor. Porque eu acho que assim com a rede social, ela, ela é um espaço de oportunidade, como eu falei. Então ela projeta vozes, mas eu acho que ela tem uma dinâmica própria. Eu não sei se é uma dinâmica própria, mas é uma dinâmica dos nossos tempos, que as redes sociais ajudam a acelerar, que é essa coisa da rápida informação que as coisas, né. Eu tenho percebido assim. Eu acho que a pandemia me fez ficar mais tempo nas redes sociais, mais tempo no online, porque a gente não podia sair tal. E eu percebo que, eu acho que eu tô começando a cada vez mais ter certeza que isso impactou na minha capacidade de concentração. Porque hoje em dia eu tenho uma capacidade de concentração mais baixa do que eu já tive antes. Então, por exemplo, quando eu vou ler. Pra eu ler um livro inteiro, eu preciso colocar meta, entendeu? Porque senão eu vou cada vez eu vou parando. Deixa eu olhar o whatsapp, e se alguém me mandou a mensagem deixa acontecer, deixa eu ver o que tá acontecendo no twitter. Aí quando você vê, você já perdeu, tipo duas horas. Você podia ter lido, sei lá, 40 páginas de 50, 100 páginas ou mais. Mas é isso, eu não consigo mais, não vou pra mim. Então acho que teve sim, sim, esse, esse impacto assim. E aí, do ponto de vista da luta antirracista, por conta dessa velocidade, né. Aí eu acho que as pessoas, eu não sei se as pessoas não entendem, eu não queria colocar desse jeito. Mas às vezes me parece que algumas pessoas não compreendem que assim. Eu vou usar um exemplo objetivo. Por exemplo, quando estourou, quando virou moda falar de necropolítica. Quando surgiu esse conceito de político, aí todo mundo fala que eu isso tudo e aí tudo é culpa da política. Ah, isso é necropolítica e nananã e nananã. Foi a partir dessa,

dessa abertura maior, por exemplo, pra intelectuais negros projetarem suas vozes a partir de espaços online. Aí que se colocou essa e se trouxe essa discussão da necropolítica. Inclusive quem, pelo menos que eu ouvi a primeira vez dessa, esse conceito foi da Roseli Borges e Lucio de Almeida. Então eles colocam, inclusive, em artigos. Perdão. Que eles publicam em portais. Não sei se é no blog da Boitempo, não lembro onde que é. Que eles trouxeram esse conceito. Na Carta Capital e tal. Só que esse espaço, ele é pequeno espaço. Um espaço que você escreve um texto de no máximo duas páginas, uma página e meia, duas páginas sofrendo. Geralmente o editor fala é 5.000 caracteres, uma página e meia. Então, o que você faz em uma página e meia? Você mais apresenta o conceito, né. Só que ninguém dele produziu um livro inteiro para falar de necropolítica, né. E aí eu sinto que às vezes as pessoas, elas, elas acham que tudo está naquele artigo lá de uma página e meia, a definição toda do conceito tá ali. Ela não busca o livro para aprofundar, para entender a complexidade de toda desse conceito. Então acho que as redes sociais, do ponto de vista do antirracismo, ela acaba assim capturando. A internet, ela tem essa dinâmica de ter as modas da internet. E aí meio que eu não sei se essa palavra que parou, eu fui falar umas palavras que eu tô aí, qualquer coisa. Enfim, mas isso acaba um pouco banalizando o uso desse conceito. Então aí você vai ver que tem uma hora que as pessoas falam assim "ah, eu não aguento mais ouvir necropolítica". Assim, gente, peraí, é um conceito que é um instrumental teórico para analisar a sociedade. Se a internet fez disso uma modinha que ninguém aguenta mais, isso não quer dizer que. Cansei de um conceito. Como assim, né? Então eu acho que se por um lado a internet é positiva porque ela dá voz, né? Ela projeta vozes negras. Por outro lado, tem uma preocupação muito com esvaziamento de conceitos que foram produzidos pela intelectualidade negra. E eu acho que isso acontece mais com pessoas negras, pessoas indígenas, com grupos vulnerabilizados. Por que existe racismo, né, machismo na sociedade e isso não some, só porque a gente está nas redes sociais.

Letícia: Sim.

Juliana: Então e aí eu falo porque eu não li, Porque quando eu falei que eu quero fazer um livro, tipo um glossário antirracista mesmo, e isso eu não vou destrinchar cada termo, cada conceito, mas eu vou dizer olha, se você quer saber mais desse conceito, vá ao lugar, entendeu?

Letícia: Sim.

Juliana: Porque aí as pessoas ficam. Às vezes eu fico vendo assim, fala assim não, isso não aconteceu, mas não é racismo estrutural, tudo é racismo estrutural ou sobre racismo estrutural. Precisando explodir a sociedade para começar outra de novo, né? Aí então as pessoas não gostaram. Assim, eu vejo que às vezes falta assim das pessoas, ter buscado ver que é racismo estrutural e dentro do racismo estrutural, existe o racismo institucional que vai se, se, vai se. Se expressar de diversas formas. Então é um conceito que é complexo e que nas redes sociais vira uma coisa assim, como se fosse um adjetivo. Eu tenho muita impressão assim, sabe? Se vira bem com o adjetivo que você põe na frase. Ou pra poder dizer que você está entendido, que você está por dentro do negócio. Aí você vai ver com minúcia se o que aquela pessoa escreveu e você fala nossa pessoa ela não. Ela não tem a mínima ideia do que de fato é esse conceito, sabe? E não que a pessoa faça isso com maldade. Nem acho que é uma coisa meio sem pensar mesmo, né. Então, essa é essa problemática que eu sinto. Eu acho que as redes sociais, elas são importantes, mas elas sem essa regulação, sem a gente ter uma educação para as redes sociais, não sei se é essa a expressão e a demanda. Acontecem muitos esvaziamento, né? Em relação a instrumentais teóricos que são muito importantes para a gente acumular força na luta antirracista, né. Então, e aí podem acontecer diversas disputas em torno disso. A gente pode pensar numa disputa aqui em torno de lacração, por exemplo.

Letícia: Sim.

Juliana: Lacração é uma. Eu comecei na FESP, a minha primeira, primeiro projeto de pesquisa lá, era sobre as festas é. Tipo a Batekoo, tal, né.

Letícia: Sei.

Juliana: Era sobre um estudo das festas. E você vai ver que lacre, lacração é uma gíria que surge da comunidade LGBTQIA+ e que na verdade é de celebração do outro. Tipo, o outro fez uma coisa muito massa. Pô, bicha, você lacrou e tal. E aí virou o. Aí se tornou uma coisa que é pra estereotipar pessoas negras nas redes sociais. Então você dá uma resposta, a pessoa falou assim lacrou, mas lacrou positivamente, gente, é como se fosse uma coisa negativa. Então você esvaziou completamente o sentido de uma expressão que foi criada num espaço de resistência, que é uma. Se você

pensar as festas da Batekoo é um espaço de resistência, é uma festa para corpos, corpos gordos, corpos trans, corpos queer, né. Então você, você capturou uma expressão de fortalecimento dessa comunidade e esvaziou totalmente. Agora usa de maneira pejorativa, né. Então acho que tem essas armadilhas das redes sociais aí.

Letícia: Sim, é bem difícil. E aí acho que entrando um pouco mais no tema de violência policial e segurança pública, pensando nessa perspectiva do racismo, você acha que é muito mais difícil falar sobre isso nas redes? Qual é a sua percepção?

Juliana: Eu acho que conforme eu vou cada vez mais estudando e militando na área, cada vez eu tenho mais eu. Cada vez eu começa a pensar mais no que eu vou postar quando o tema é violência policial, porque se a gente está presente nas redes sociais, acho que cada vez mais as polícias também estão utilizando as redes sociais como espaço de controle e vigilância também. Então, às vezes acho que você tem que pensar bem como você vai falar o que você pode, né? Eu pelo menos tenho esse cuidado sim, de qual palavra eu vou usar, se eu vou escrever PM ou não, né? Porque eu sei que tem um cara lá na PM, eu imagino né. Deve ter algum cara lá com serviço de inteligência, fazendo busca pra ver quem está falando, o que estão falando, quem são esses ativistas, quem não são esses ativistas. Mas ao mesmo tempo também é um espaço importante para a gente denunciar a violência policial, né? Então é, hoje em dia fica mais e fica mais. A gente pensar, por exemplo, no caso do Carrefour, como ele tomou uma projeção grande porque tinha imagem, né? Porque no momento da agressão foi filmada aquela agressão e ela teve a projeção por conta das redes sociais, porque alguém botou lá, botou as hashtags certas e fez chegar o caso pra todo mundo num nível que ficou inviável para o Carrefour só abafar o caso. Se fosse, sei lá, dez anos atrás, o Carrefour teria abafado o caso, né, daquele senhor, daquele senhor que faleceu, que tomou a chave de braço dos seguranças do Carrefour, né. Então eu acho que eu acho que assim eu acho que a gente ainda precisa. Eu sinto falta, por exemplo, de eu ter uma educação melhor, de como lidar com eixos e temas da violência sobre violência policial nas redes sociais. Mas para não passar por esse processo de controle e repressão. Mas eu acho que as redes sociais, elas podem ajudar muito a gente a chegar e fazer mais pessoas, entender que às vezes as pessoas são assim. Existe violência policial racista, mas está muito distante das pessoas, né. E eu acho que as redes sociais, elas acabam ajudando a gente deixar mais palpável para as pessoas. Se não é isso o que acontece de verdade aqui,

entendeu? Não é alguém te contando, não é uma notícia de jornal que você não vê o vídeo. Tudo bem que tem toda uma discussão de que tipo de violência a gente vai expor nas redes. Toma cuidado também com certas imagens que são compartilhadas nas redes sociais, mas eu acho que a rede ajuda a deixar mais palpável. Mas acho que falta um pouco da gente, principalmente, militante ativista de direitos humanos ter. Saber também se proteger em relação a como a gente vai lidar com esses temas também nas redes sociais. E quando a gente fala tá falando que também de feminismo, essas outras coisas. Eu acho que a gente também tá mais suscetível por conta do racismo, do machismo a sofrer também. E só agora essa coisa dessas hordas dos red pill, desses caras que também fazem também em busca dessas palavras chaves. Mas pra usar isso para atacar pessoas nas redes sociais que, geralmente, são mulheres, de mulheres negras. Então, eu não tenho uma resposta fechada para te dar pra nada, como você tá percebendo né. Mas eu acho assim. Eu ainda acho que pode ser que mude uma opinião daqui um tempo, mas ainda acho que as redes sociais são um espaço importante porque são os únicos que a gente tem hoje pra tentar pressionar de alguma maneira, para ter controle da ação policial que a gente consegue ter imagem, que a gente consegue pra provar que o que a gente tá falando e isso aqui é um abuso de autoridade, é o abuso do uso da força, né, a gente, enfim. Eu acho que isso a gente aprendeu bastante. Talvez a gente esteja num caminho de avançar um pouco, a gente aprende. Tem aprendido bastante também com quem tem feito o *Black Lives Matter*, que tem uma série de códigos e condutas. Por exemplo, você está vendo uma ação policial acontecer, você acha que ela é abusiva e começa a filmar em seu celular e tal. Acho que pode ser um espaço importante de denúncia, de ação, de controle social. Assim, da ação policial, mas ainda falta. Eu acho que tudo passa pela discussão de regulação das redes sociais, das mídias sociais e no final a gente sempre volta pra esse tema, esse tema assim.

Letícia: Sim, e já caminhando pro final, até pra também não tomar muito tempo. Você. Você acha que pensando nessas grandes mobilizações é que foi desses casos, inclusive, eu tava até pra perguntar, aqui em São Paulo teve aquele 30 dias por Rafael Braga e eu fiquei na dúvida se você também participou dessa mobilização.

Juliana: Participei. Eu só não lembro do que foi, mas eu participei de algum em alguma atividade. Teve algum evento, alguma atividade que eu participei. Acho que foi já com algum, senão não foi como iniciativa, não foi.

Letícia: Talvez tenha sido porque foi em 2017.

Juliana: Ah, então foi com a iniciativa, foi comunicativo, inclusive eu participei.

Letícia: Então foi provável, foi presencial?

Juliana: Foi presencial. Assim eu fiz. Eu lembro que tinha uma coisa de twitar e postagem. Isso eu fiz e tal, eu usava muito mais Facebook, então eu fiz e tal. Mas eu participei de uma atividade presencial, só não vou lembrar, falta tentar procurar passado se eu participei.

Letícia: E aí, entrando nessa parte, assim de como é que as pessoas se mobilizam para denunciar essas grandes mobilizações, eu estou pensando nesses casos que são mais emblemáticos. Como é que que você enxerga isso para essa pauta? E é um grande ganho. O que deixa aí de aprendizado?

Juliana: Olha, eu acho que é eu acho que, por exemplo, porque eu acho que eu acho que eu acho que muita coisa a gente está conseguindo de dar agilidade para responder, se organizar porque existe rede social, porque existe esse espaço de amplificar, sabe? Ah, as denúncias. Eu fico pensando é que sempre quando vou pensar assim muito essa coisa do ativismo na internet, eu nunca pensei tanto do ponto de vista racial, sempre mais do ponto de vista de gênero, dos movimentos, dos movimentos feministas. Mas se a gente for pensar assim, o que foi o, o que foi a questão da primavera das mulheres, do voto, do a questão do Eduardo Cunha, que as mulheres se levantaram contra o Eduardo Cunha mesmo nas mobilizações do Fora Bolsonaro. A gente usou muito nas redes sociais para mobilizar essas, esses atos, sabe? Então eu acho que as redes sociais são importantes sim, que os movimentos como espaços também de mobilização, porque às vezes a gente tem, a gente tem uma rede muito reduzida. Assim, por exemplo, email né, ninguém mais olha email para ser chamado pra ato, por exemplo, né? Quando a gente vai ver uma mobilização pra ato, a gente vai nas redes sociais da organização para ver o que tá, quando vai ser. Eu até falei assim, mas uma amiga, minha filha, eu não recebi nada do movimento do ato de 8 de março, mas ela, como você, já foi na rede, nas redes sociais dos movimentos que tão organizando o 8 de março. E eu falei assim "é verdade lá, lá vai tá né". Então essa coisa de poder colocar uma hashtag que uma pessoa, se ela fizer uma busca por uma palavra, vai aparecer aquilo que você está colocando. Eu acho

que as redes sociais têm, são importantes. Elas têm sido importantes assim pra garantir mobilização, né? Eu assim essa. E eu acho que do do movimento negro. Acho que o movimento negro tem um tempo e tem usado isso. Mas acho que por que que às vezes, às vezes para a gente pode ser mais difícil essa questão? Porque tem a questão do acesso à internet, que para a população negra é bem mais precário ainda, né? E quando se vai pensar, por exemplo, o movimento feminista, aí você faz uma grande mobilização gigante e tal. Mas se você for olhar, fazer uma passagem por um drone assim, né, olhar a malha do ato feminista e ver que ele ia mais tem maioria branca, né? Então sim, são mulheres mais próximas do centro expandido que têm condição de pegar um ônibus para chegar no centro, né. Então eu acho que quando a gente faz a intersecção de raça e gênero, a gente, as redes sociais são importantes para mobilizar. Mas no caso da luta antirracista, a gente ainda precisa estar mais presente para fazer chegar essas mobilizações nas periferias. A gente tem que tá, ainda tem que estar mais presente fisicamente por conta dessa precariedade de acesso às redes sociais, né? Então então, eu acho que do ponto de vista de gênero, talvez que a coisa esteja mais, mais avançada em relação à questão da questão antirracista. E a gente vai ter essa questão do, da desigualdade de acesso à internet e até da compreensão das pessoas do que é a internet. Eu tava vendo há um tempo atrás, acho que eu fui ver uma matéria num jornal que ou foi algum documentário que eu vi, esse em que o Facebook faz parceria em alguns países, que as pessoas nem entram na internet pelo Google. Em geral se abre essa página da internet, abre a página do Google. Tem gente que só, que só, se só se informa pelo Facebook, por que pra mim é muito louco

Letícia: Sim.

Juliana: Mas, mas tem gente que assim se informa, entrando no Twitter e entrando no Facebook, entrando no Instagram, né? Não é assim, tipo entra no Google, coloca, escreve um tema e faz a busca sobre aquele tema, né. E então eu fico sempre pensando essa coisa assim para o movimento negro tem essa. As desigualdades raciais, elas impactam muito mais no nosso acesso a como a gente acessa, tem sociais, como a gente usa a internet, que talvez em relação a gênero, né. Mas isso é uma percepção que eu tenho, né. Não está baseada em nada assim.

Letícia: Mas tem dados inclusive do Facebook que eu não sabia, mas falam muito aqui, principalmente o Tik Tok já ultrapassou o Google como um lugar para você fazer buscas.

Juliana: Nossa, isso eu não sabia, babado.

Letícia: Que as pessoas ao invés de buscar no Google, vai que buscar no Tik Tok. Mas a agência tinha

Juliana: Nossa, gente tem várias fakes, várias coisas nossa.

Letícia: Isso acaba, acho que oscila a proporção conforme o tempo, mas teve um tempo que tava assim pra frente tinha mais pesquisas no Tik Tok do que. Uma tendência maior de os os usuários ir no Tik Tok do que no Google.

Juliana: Caramba meu, aí lascou.

Letícia: Sim. Acho que só para finalizar, que foi um gancho, até que eu queria ter puxado antes e acabei esquecendo. Mas se você quando vai falar sobre ativismo, eu acho que é aqui. Pode ser até de maneira para fazer um comentário, pensar como você ia escrever, se você chegou a pesquisar estratégias de produção de conteúdo para internet ou coisas assim, ou foi muito assim do que você já tinha de conhecimento.

Juliana: Não, tem umas coisinhas que eu não sei se eu sei, eu não cheguei a pesquisar, mas por ter contato com pessoas que são de comunicação, então tem coisas que eu fui, eu fui aprendendo assim, tipo para produzir conteúdo, então horário de postagem, dias melhores de postagem, ganchos pro texto. Então como é que você vai escrever um texto que vá, não pode ser um textão, não pode ser um texto acadêmico. Mas como você vai adequar essa linguagem? Não foi uma coisa que eu fui buscar a bibliografia, fui pesquisar para ver, mas foi muito em contato com pessoas que estão nessa área de comunicação assim, sabe? Eu aprendi muita coisa na coisa, muita coisa na campanha do Haddad em 2012, que foi a campanha que foi assim. Se for pensar assim, o PT foi uma das campanhas que inaugurou essa coisa de usar mais as redes sociais, usar mais a linguagem de internet pro PT, pelo menos a cabeça do Haddad 2012 foi meio que um marco nisso. Então tinha a TV Pense novo, né? Que era uma que era uma galera e que tinha um estúdio que funcionava quase todo dia,

não. Todo dia tinha uma redação, tinha produtor de audiovisual. Então, no dia da eleição eu lembro que teve programação de inteiro na TV Pense Novo, sabe. Eu fui chamada para dar uma entrevista que era ao vivo. Então de usar muito hashtag, tudo mais. Então, como eu tinha muito contato com essas equipes da comunicação, então eles começaram a me dar esses toques assim, sabe. Ah, se você vai postar uma coisa no Facebook, não posta um monte de hashtag e se você postar hashtag demais também vai atrapalhar seu conteúdo de chegar e colocar hashtags estratégicas e tal. Vai estar no. O Anderson tá aqui falando "É claro". Você. porque ele enche de hashtag, então eu falo não bota tanto que atrapalha. Então tem que ser hashtags estratégicas. Você vai postar, posta agora no almoço ou posta às 18h da tarde, ou posta não sei o quê. Então nunca foi uma coisa que eu fui atrás para tipo para. Mas eu recebi toques de pessoas que trabalham com isso para pensar um pouco que tipo de conteúdo postar e como postar esses conteúdos, como produzir esses conteúdos. Então também não ficar muitos dias sem postar, não posta um monte de coisa, uma atrás da outra, mas também não fica muitos dias sem postar, porque senão o algoritmo vai entender que você não tá e a rede social que é que você esteja produzindo para ela, né? Então, se o algoritmo entender que você não tá interessado em postar nada, ele vai responder seu perfil das pessoas. Você tem uma regularidade nas postagens, então hoje eu ligo menos para isso. Mas teve uma época que eu tava numa pegada de tipo não tem que, sabe, tem que produzir conteúdo, tem que aumentar número de seguidores e blablabla. Hoje em dia eu já meio que não acho que a rede que eu mais uso, acho não é a rede que eu mais uso hoje, é o Twitter que eu posto mais coisas, mais curtinho e tal. Então, mas é isso. Eu nunca cheguei a estudar, mas já ganhei muitos toques preciosos, do pessoal da comunicação sobre estratégias de redes.

Letícia: E eu acho que é isso. Não sei se você quer complementar com algo.

Juliana: Não, acho que não. Acho que eu já falei até demais, coisa menos

Letícia: Algum comentário mais é isso.

Juliana: Também se precisar de alguma coisa que você queira para complementar. Pode me mandar.

Entrevista 2

Arquivo Thayná Alves Entrevista.m4a²¹ Duração 01h04m21s

Thayná Alves, coordenadora de comunicação do projeto 'Drogas: quanto custa proibir'.

Realizado dia 27 de abril de 2023.

Letícia: Agora direto, sem algum problema. Então, eu ia começar a explicar só pra situar um pouco o projeto, eu dei uma breve apresentação até pra ficar mais fácil essa conversa. Então, a proposta do meu projeto é falar sobre mobilizações sociais na internet e aí eu escolhi como enfoque mobilizações em combate ao racismo, que pautam a questão do racismo. E aí pra poder fazer isso, eu vou partir da análise de três casos e aí foi... até depois engraçado, eu falei preciso que seja uma organização do Rio, porque os três casos são do Rio, que é o do Rafael Braga, o da Marielle e o da Kathlen Romeu. E aí...

Thayná: Emblemáticos né.

Letícia: Isso! E aí eu vou fazer essa análise. Eu escolhi até esses três casos porque, por exemplo, do Rafael faz um tempo já, foi bem no começo de internet. Começa entre aspas, né? De como a gente conhece hoje de ser uma coisa muito mais presente no nosso dia a dia e aí lá foi muito mais forte no Facebook. A gente tem uma presença muito mais expressiva do Facebook nas mobilizações e aí eu queria conseguir capturar como foi essa mudança e quais elementos foram agregando aí na narrativa. Porque também aí no meio desse processo a gente tem toda uma discussão sobre algoritmos, sobre racismo algorítmico e aí vou tentar capturar, acho que não vai dar pra fazer tudo, porque vai ser um artigo de 25 páginas. Mas aí a proposta de ter essas entrevistas, eu também conversei com a Juliana Borges pra ter um olhar de quem tá fazendo o ativismo, e não ser uma coisa assim só de referências bibliográficas e nem trazer um tom assim muito pessimista. Trazer um olhar de coisas tão sendo feitas porque se for pensar a gente pega casos num espaço de tempo que é pequeno, mas ao mesmo tempo grande. São quase dez anos aí, entre um e outro, entre o primeiro e o último, e continua acontecendo. Nesses últimos anos, a gente tem inúmeros casos

²¹ Disponível em: < https://drive.google.com/file/d/1kEv2oCYMKIZpG33TZhkY98FU-ijHB_9p/view?usp=sharing>.

e pra não dar aquela sensação de muito tá sendo feito, mas nada muda e aí as entrevistas vêm muito pra trazer esse olhar.

Thayná: Legal, muito bom. Depois quero ler quando tiver pronto, gostei muito do tema, da proposta. É um tema necessário pra discussão, pra reflexão e é isso, se a gente não fizer, a academia não vai fazer.

Letícia: Sim, e aí pra começar, eu queria. Como é uma proposta diferente de entrevista porque também é pra falar um pouco do seu trabalho e do 'Drogas: quanto custa proibir', eu queria que você fizesse uma breve apresentação sua falando um pouco da sua trajetória pessoal/geral e a sua trajetória aí no 'Drogas: quanto custa proibir'.

Thayná: Eu falo bastante, se eu tiver falando muito, você me fala que a gente reduz aqui.

Letícia: Tranquilo.

Thayná: Eu sou a Thayná, eu sou cria de São Gonçalo, que é uma região aqui do Rio, afastada do centro. Do outro lado da ponte, como a gente fala aqui, um pouco distante. Sou jornalista, formada pela Veiga de Almeida, uma universidade daqui do Rio de Janeiro. Tenho uma pós-graduação, uma especialização em jornalismo cultural e agora, como eu te falei, tô fazendo ingressando nessa outra especialização em comunicação estratégica e branding, que tem muitas conexões com o que eu faço hoje e com o que eu venho fazendo dentro da minha carreira a um prazo longo de tempo. Eu sou filha da Beth, filha do Ronaldo, tenho uma irmã chamada Thayane. Não somos gêmeas, ela é mais nova que eu. Eu fui a primeira da minha família a ingressar na universidade, fui cotista, tinha bolsa e tudo mais e sempre gostei muito de pesquisar, escrever, sempre escrevi desde muito pequena, contos, crônicas, sempre fui muito curiosa e gostava de escrever sobre coisas que me instigavam. E aí eu entro no jornalismo com essa perspectiva de calouro, de que ia mudar o mundo.

Letícia: Um clássico né?

Thayná: Mas não posso dizer que não penso mais nisso hoje, acho que a gente vai entendendo como. Acho que a gente vai tendo algumas frustrações ao longo do caminho, desacredita e volta a acreditar, mas compreende que é possível por diferentes formas, mas em outras trincheiras que não necessariamente,

especificamente a universidade ou ambiente acadêmico. Ao longo da minha vida, participei de alguns coletivos, fui coordenadora. Criei um coletivo chamado 'África em nós', que era um coletivo formado por um grupo de amigos meus assim. Éramos todos jovens pretos lá de São Gonçalo mesmo e a gente ia em escolas, em espaços de ensino assim para falar sobre a lei 10.639 e sobre implementação dessa lei nas escolas. A lei 10.639 é uma lei que fala sobre ensino da cultura e da história afrobrasileira nos espaços de ensino, então a gente ia nesses lugares, principalmente em escolas públicas pra falar sobre a importância da cultura negra na história brasileira. E todos nós éramos estudantes ali na época né. A gente, a maioria ali era os primeiros da família que tinha ingressado na universidade, que tinha vindo de escola pública, então a nossa história tava muito conectada nesse contexto. E aí a partir do 'África em nós', eu ainda adolescente, jovem né, já com 18, 19 anos começo a compreender e aí trago mais bagagens e mais questões sobre a leitura racial. Sempre me entendi como uma pessoa preta, mas começo a produzir conhecimento, pensamentos, reflexões e a levar isso também pra prática nesses espaços de educação promovendo reflexões e incidindo dessa forma nas escolas e fora delas também. Acabou que a gente sendo convidado também pra fazer formações com professores, então foi algo que foi um período muito importante da minha vida pra eu somar na minha bagagem de letramento racial mesmo. Saio da faculdade, entro na faculdade já compreendendo a minha questão com a negritude e tudo mais. Mas saio da universidade pós 'África em nós' e todas as experiências que eu tive ali com um foco e uma cabeça mais madura pra esses processos. E compreendendo um pouco mais a minha própria trajetória, tudo o que eu passei, todos os racismos que eu vivenciei na escola e fora dela. E ingresso, passei por algumas redações de jornal de São Gonçalo, que é um jornal, escola-jornal lá da minha cidade, trabalhei aqui no Rio na Folha Dirigida que é um jornal de concursos e tal. E aí vou pra gestão de pública, trabalho com assessoria de imprensa, como assessora de imprensa, fico cinco anos lá em São Gonçalo trabalhando como assessora e venho pro Rio depois desse tempo e venho trabalhar também na gestão pública, na Secretaria de Cultura aqui do Rio. E depois passo por um momento de demissão, porque muda governo, muda tudo, é um caos. E me vejo sem emprego, pagando aluguel, dividindo o aluguel com a amiga, foi um momento muito difícil da minha que eu sabia que a chave ia virar e aconteceu. E aí chega o terceiro setor, antes do Drogas, eu trabalhei em um local chamado 'Casa da mulher trabalhadora' que é uma ONG aqui do Rio também, que pauta políticas

públicas para mulheres e tal e logo em seguida vem o Drogas. Essa jornada superintensa que começou com uma conversa com a Julita, a Julita Lemgruber que é a coordenadora não só do 'Drogas: quanto custa proibir', como também do CEsSeC, que é esse centro de estudos de segurança pública e a mais de 20 anos vem pensando, produzindo pesquisa sobre violência e segurança sob diferentes frentes. Entro pro Drogas com uma bagagem, digamos mínima, dessa perspectiva central do projeto, nunca tinha pesquisado e me aprofundado nessa questão da política de segurança pública e política de drogas, mas encontro também nesse espaço como comunicadora e pensando conteúdo e plataforma e como comunicar isso. Encontro essa oportunidade de somar nessa bagagem da minha vida mais essas leituras. Aqui no Drogas a gente compreende que. Já estou a dois anos no 'Drogas' né, entrei como coordenadora já, mas quando eu entrei a gente não tinha uma equipe estruturada, a comunicação tava começando a se estruturar porque quando eu entrei quem fazia esse trabalho que eu faço hoje, uma agência em São Paulo inclusive, a agência Lema. E eles fizeram toda a identidade visual, pensaram toda a perspectiva do site e tudo que tava envolvido com a comunicação pro lançamento. Mas tinha um deadline de participação deles, então precisavam de uma pessoa que tocasse esse trabalho, assim que o contrato com a agência acabasse e essa pessoa fui eu. Então, quando eu entrei, a gente fez um processo de transição com as duas pessoas da agência que estavam cuidando ali mais próximas das redes do 'Drogas'. E aí durante três meses, de dois a três meses, eu fiquei ali trocando com elas algumas ideias e planejando e pensando essa perspectiva do 'Drogas' e como a gente comunica esses dados. E depois desses três meses ficou eu e eu na comunicação do 'Drogas'. Aí fiquei um mês sozinha mesmo, literalmente, pensando esse conteúdo, estruturando e planejando. E eu penso que com essa minha entrada vira uma chave na comunicação do 'Drogas', porque essa equipe da agência Lema era uma equipe majoritariamente branca e aí São Paulo com outras realidades, outras vivências, uma outra classe social, outra leitura racial também. Então, eu acho que a minha entrada no 'Drogas' traz essa guinada, mesmo que o projeto desde o início, ele tenha essa preocupação e essa perspectiva quanto a letalidade e o encarceramento, sobretudo, de jovens negros das periferias, das favelas. Eu acho que ter um corpo negro, uma pessoa preta pensando como esse conteúdo vai ser comunicado, produzido, enfim escrito, acho que traz uma outra perspectiva, um outro olhar pra essa equipe do 'Drogas' e como a gente comunica isso. Logo em seguida, um mês depois da minha entrada vem o Renato que

é o nosso designer até hoje. O Renato também é um caro preto, da favela daqui da Maré, do Complexo da Maré. É um complexo grande de favelas aqui, você deve conhecer.

Letícia: Sim.

Thayná: Inclusive teve uma operação ontem, a quarta só esse mês. Aqui no Rio a gente tem essa, todo lugar tem seu processo de violência, mas aqui no Rio a gente tem uma especificidade muito grande sobre como a violência ela é concentrada e intensificada e muito, principalmente aqui nas favelas do Rio de Janeiro, nos espaços da região metropolitana, afastada dos grandes centros, a zona oeste também é afastada. Que são lugares onde a violência policial, a violência do Estado se apresentam de forma intensa e brutal assim né. Então com essa chegada do Renato na equipe, vira uma dupla, eu e ele pensando essa comunicação, essa questão visual e como a gente comunica, como a gente informa isso. E ao longo desse, hoje a equipe cresceu, entrou mais uma pessoa. Mas, ao longo desse um ano e meio, um pouco mais desse um ano e meio aí, eu e ele construímos um jeito de comunicar, né. Ontem a gente tava numa reunião, pensando com algumas pessoas, alguns financiadores do projeto e eu dei um exemplo, eu acho que cabe aqui pra nossa conversa, pra eles entenderem como funciona a comunicação do Drogas. E aí eu falei, bem eu acho que a gente pode construir um conteúdo, um texto ou seja o que for que informe, que diga que o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo e isso é um fato, é uma informação. Mas quando dentro desse contexto, a gente consegue dizer que a Lei de Drogas é uma das leis que mais encarcera pessoas, sobretudo jovens negros da periferia e também mulheres no Brasil. A gente abre um caminho de reflexão, onde as pessoas conseguem de alguma forma linkar sobre como essa lei é uma lei que viola direitos, que é violenta, que perpetua esse processo do encarceramento específico pra uma determinada população, pra determinadas pessoas, pra determinado território, né. Quando a gente fala de guerra às drogas, a gente não tá falando sobre guerra contra substâncias, mas sim contra pessoas em territórios específicos né, que são aí historicamente violentadas e esse processo não é de hoje. Então, eu penso que a comunicação do 'Drogas', ela tem um papel muito fundamental no projeto que é de, não só de traduzir os dados que já é um processo trabalhoso, mas de virar algumas chaves pra um tema que é espinhoso no Brasil, que não é fácil, que não é uma conversa fácil de abrir diálogos, de abrir caminhos. A gente sabe que

a, você sabe muito bem que você trabalha com isso, que a narrativa da guerra às drogas no Brasil, ela é muito consolidada pelo moralismo, pelo conservadorismo, pela perspectiva religiosa, tendo Drogas como o grande mal da sociedade. Então, como é que a gente consegue virar a chave das pessoas e trazer pra nossa conversa não só pessoas que são usuárias, que são militantes, que estão na pesquisas? Mas a gente quer que as pessoas de um modo geral compreendam o que que a guerra às drogas é um problema da sociedade brasileira, não só dos negros, não só dos pobres, não só dos favelados. Mas é a sociedade brasileira quem perde com a guerra às drogas e com tudo o que envolve ela, essa temática. Então como é que a gente consegue convocar pessoas de diferentes nichos pra essa conversa mas ao mesmo tempo direcionando essas informações, esses conteúdos e essas provocações pras pessoas que são diretamente afetadas por essa guerra, que são pessoas de favela, que são moradores de favela e periferias, que são as pessoas negras, que são as pessoas pobres, né. Então a gente tem aí um desafio que falando assim parece fácil, mas é um desafio grande, parece muita coisa, mas ao mesmo tempo a gente tem um trabalho, que é literalmente trabalhoso, de afunilar essa conversa e ao mesmo tempo de provocar também perguntas que têm ou não têm respostas fáceis ou que são difíceis. Perguntas difíceis, que nem todo mundo quer mexer. O cenário, pensando drogas e comunicação, é um campo minado, ninguém quer falar sobre isso, sabe. Então, quando a gente se propõe e o próprio nome do projeto já é provocativo 'Drogas', a palavra já tá ali então não tem pra onde a gente fugir, a gente tá falando sobre isso. Então como a gente sem trazer uma verdade absoluta, mas ao mesmo tempo propondo outras perspectivas que não sejam moralistas, que não sejam. Enfim, que gire em torno dessa perspectiva quadrada que se criou no cenário de guerra às drogas no Brasil. Acho que, de um modo geral, a gente tem conseguido comunicar os dados e conectar as pessoas ao que a gente quer falar. Uma coisa que eu falo muito sobre o nosso trabalho do 'Drogas', é que para além de público a gente quer construir comunidades. Porque uma coisa é você ter um público que curte e compartilha e tal. Outra coisa é você ter uma comunidade engajada naquilo que você propõe enquanto debate, podem ser pessoas que concordam ou não, mas é uma comunidade engajada a partir do momento que ela entende que você traz dados científicos, fatos apurados, um material conciso, coerente, provocativo, crítico, que tem uma autocrítica, onde a partir disso, a própria pessoa vai poder tirar suas conclusões sobre o cenário da

política de drogas, sobre drogas, sobre redução de danos, sobre o assunto que for, falando isso tudo.

Letícia: Bastante coisa. Aí agora, você já até deu uma introduzida na questão do projeto, mas eu queria saber se quando o projeto foi concebido já tinha essa questão da comunicação dentro dele, se já havia alguma previsão de criar mobilizações a partir dos resultados?

Thayná: Eu acho que no início, se pensava a comunicação muito num lugar de, como que eu posso dizer? Um lugar rígido, sólido, não sei se é essa a palavra, e não num processo de longo prazo. Eu acho que quando eu entro, e aí a gente, eu e o Renato, pensamos como a gente comunica isso de forma visual, textual e etc. Eu acho que a gente começa a entender o projeto como um todo né, começa a entender a importância da comunicação dos dados. Porque você tem uma pesquisa, um relatório, seja lá o que for, seja de trinta, de cem, de duas páginas, se você não consegue comunicar isso pra um público, se as pessoas não conseguem compreender o que você quer dizer de nada adianta você ter uma pesquisa. Porque se a sua pesquisa não tem uma incidência política, não tem uma incidência na opinião pública, não produz reflexões e outras provocações para além dela mesma, ela vai girar em torno do mesmo meio né, que são os acadêmicos, que são pessoas pesquisadoras, esse nicho que já tem acesso mesmo. Então, acho que a Julita desde o início já tinha essa intenção de ampliar a comunicação do projeto, mas acho que quando a gente consegue construir de fato uma equipe, quando chegam pessoas de comunicação que começam a estruturar essa demanda né. A gente começa a entender que para além dos dados da pesquisa, inclusive hoje é a maior parte do trabalho essa, a gente pode provocar outros debates e outros assuntos. A gente hoje tem duas pesquisas lançadas uma sobre o orçamento pra implementação da Lei de Drogas no Rio e em São Paulo do sistema de justiça criminal. Então, a gente pensou aí como essas instituições como a polícia, o TJ, tudo o que gira em torno da aplicação da Lei de Drogas, quanto é investido pra isso seja feito. E essa segunda pesquisa que fala sobre os impactos da guerra às drogas na educação e fala sobre como o cotidiano violento faz com que as crianças aprendam menos e, conseqüentemente, aprendendo menos elas têm no futuro uma redução aí de custo de vida, de salário e de aprendizado também né. Então, a gente entendeu que a partir desses dados, a partir dos temas que a gente tem pra provocar nos dados, a gente pode ampliar essas discussões

trazendo outras matérias, outras coisas. O projeto, ele tem um perfil multidisciplinar, a gente desde o início trabalha com quatro eixos que são: justiça, educação. E aí são as sequências dos territórios, dos relatórios lançados, que são: justiça, educação, saúde e território. Então, desde o início o projeto ele se predispõe a ser uma perspectiva multidisciplinar da política de drogas, então a gente se aproveita disso e também do próprio ineditismo, acho que a gente pode dizer assim, sem medo, que antes do 'Drogas' não existia um projeto no Brasil, que pensasse essa perspectiva dos custos, seja da perspectiva da operação da violência ou do quanto custa aplicar a Lei de Drogas no Brasil. E aí eu acho que o 'Drogas' inaugura uma forma de pensar a Lei de Drogas, uma forma também de metodologia. Como a gente pode mensurar um impacto a partir de um recorte financeiro e aí pode parecer só número numa primeira, num primeiro impacto. Mas não a gente tá falando de uma camada, de várias camadas que é o Estado que investe muito dinheiro numa guerra falida, que investe muito dinheiro em arma, muito dinheiro em polícia. E aí que envolve muitas operações, muitos tiros, muitos confrontos, muitas mortes, muitas prisões e aí você vai ad infinitum né.

Letícia: Sim, e aí pensando nessa parte que você falou assim de que foi pensando, mas era num lugar muito rígido, quais foram essas estratégias previstas e o que foi mudando ao longo desse percurso?

Thayná: Quando eu cheguei, a gente já tinha consolidado o site. Quando foi lançado a primeira pesquisa meio que lançou tudo junto, que foi o site e o vídeo institucional e o instagram, twitter e facebook né. E aí essas plataformas eram usadas especificamente para informar e comunicar os dados da pesquisa de modo geral. E aí com esse, com o meu ingresso na pesquisa no projeto e com a ampliação da perspectiva da comunicação, a gente montou uma matriz da comunicação numa perspectiva semestral, isso é repensado a cada semestre, e aí dentro dessa matriz a gente começou a implementar algumas diretrizes. Pensando quem nos consome? Com quem a gente quer falar? O que a gente vai informar? Como a gente vai fazer para informar? Quais métodos? E como a gente vai fazer pra mensurar esses produtos? Como a gente tá informando isso? Então, a gente entendeu que a gente tinha um público e esse público alvo, ele se amplia, ele não se reduz ou ele se amplia ou ele se adequa a cada etapa do projeto. Mas nosso público alvo prioritário são as pessoas moradoras de favela e periferias, são as pessoas negras, do movimento

negro de um modo geral. Então pra cada etapa da pesquisa a gente vai adequando e adaptando isso. A gente quer falar com pesquisadores, a gente quer falar com professores como foi na etapa da educação, a gente educadores, com pessoas da saúde como vai ser nessa próxima etapa que a gente vai lançar agora. Então essa perspectiva do público ela não é rígida, ela se movimenta a medida que a gente compreende que a gente quer falar de diferentes temas pra diferentes pessoas. Mas que de um modo geral a gente quer que todo mundo envolvido compreenda que existe uma população em específico que é atravessada por essa política de drogas letal. Então a gente entendeu que seria importante pensar também em quais diálogos a gente queria entrar. Porque você pensa né, beleza política de drogas, pô isso é coisa pra caraca. Então dentro do que a gente quer falar, quais são os diálogos que o 'Drogas: quanto custa proibir' quer suscitar? E também quais são os diálogos que a gente quer defender, quais são os nossos posicionamentos, né? Então, no Rio todo dia, toda semana tem uma operação, então todo dia que tiver operação a gente vai falar sobre isso? Qual o nosso posicionamento em relação à política de segurança pública do estado do Rio? Qual o nosso posicionamento da política de drogas do Brasil? Vamos pensar no cenário federal. Quais são. E o que é prioridade pra gente, do que a gente não abre mão quando debate dentro das nossas redes, nas plataformas? Então essa matriz, a gente pensou ela de forma bem minuciosa, de modo que, de forma semestral a gente vai articulando e pensando: Isso aqui faz sentido? Ainda faz sentido isso aqui? Tá, isso faz então beleza. Isso aqui não faz mais sentido, então vamos lançar outro projeto, uma outra pesquisa, porque a gente precisa ampliar esse público. Então, eu acho que a gente conseguiu afunilar, ampliar as estratégias à medida que a gente entendeu que para além dos relatórios, a gente queria consolidar o 'Drogas: quanto custa proibir' como uma plataforma de discussão sobre política de drogas né, a nível nacional né. Então como que a gente faz isso? A gente foi criando prioridades e cenários possíveis, onde o 'Drogas' entraria seja pra se posicionar, seja pra construir conteúdo, seja rechaçar algum tipo de causa, de comportamento, de lei e etc. Numa perspectiva que o 'Drogas' é uma persona que se impõe não é alguém neutro, é alguém que se impõe, que tem opiniões, que tem defesas e se estabelece nesse cenário como alguém que não vai ter todas as respostas, mas vai sim se colocar que quer discutir e quer entrar nas discussões. Então mais ou menos isso assim, então desde o início do projeto que a gente tinha um site e um vídeo institucional e as redes sociais que comunicavam os dados da

pesquisa, pra hoje a gente tem uma super guinada no sentido de que queremos comunicar os dados mas também queremos provocar outras discussões e queremos incidir de forma política na opinião pública. Então começa que a gente faz isso? E aí a gente foi pensando essas matrizes de comunicação.

Letícia: Você acha que hoje... Uma das perguntas era até essa questão de que se você avalia que as pessoas que consomem os conteúdos do drogas são as pessoas diretamente impactadas pela temática que vocês tão abordando.

Thayná: Eu penso que sim. Eu penso que por mais que a gente tenha essas alterações de público, eu acho que a gente conseguiu encontrar um jeito de falar e para além disso, a gente conseguiu trazer pessoas pra nossa roda, pra essa roda de conversa. Então, por exemplo, a gente convida. A gente no início dessa produção de conteúdo quando a gente começou a pensar nichos diferentes e tal, a gente começou a convocar pessoas e aí a gente entendeu que os nossos influenciadores não são só pessoas que têm muitos likes e muitos seguidores. Os nossos influenciadores, por exemplo, é a Dona Tereza que é uma militante lá de Minas Gerais que é uma senhorinha, sessenta mais, lá de Minas Gerais que é mãe de um filho preso, que o filho dela foi preso e ela começou a estudar sobre política de drogas e encarceramento. E simplesmente, hoje Dona Tereza dá aulas de abolicionismo penal e de encarceramento e ela é foda. Então assim, a gente começou a mapear pessoas que dialogam com o que a gente faz, que são influenciadoras dentro do seu nicho, dentro da sua perspectiva de território, de conhecimento e de saberes. Então a gente tem desde Dona Tereza até Thiago Amparo e Juliana Borges, pessoas completamente diferentes mas que influenciam pessoas dentro do que fazem dentro das práticas que possuem. Então, a gente começou a convocar as pessoas num primeiro momento. Convocar mesmo e convidar, falar "olha, a gente tem esse projeto, a gente vai falar sobre isso e a gente acha que você tem credibilidade, você é uma pessoa importante. Vamo fazer um conteúdo? Vamo fazer uma coisa sobre isso? O que você acha? Vamo trocar uma ideia?". E começamos a convocar, fazer reuniões e falar com essas pessoas e a coisa foi engatando de uma forma que as pessoas começaram a vir até a gente. A gente, por exemplo, eu acho que vai até de encontro a uma pergunta que você fez aqui. A gente, por exemplo, fez um conteúdo, uma série sobre o Complexo de Israel, que é um Complexo de favelas aqui do Rio de Janeiro, denominado Complexo de Israel por conta de uma facção que é TCP, que é o Terceiro

Comando Puro aqui do Rio, e eles têm nas suas lideranças os ditos traficantes evangélicos, né. Então esses traficantes evangélicos que dominam essas regiões, simplesmente hastearam uma bandeira de Israel no meio dos Complexos e impuseram normas nos moradores, onde esses moradores não podiam, por exemplo, quem é do axé, do candomblé não podia andar de branco ou não podiam andar de fio de contas, expulsaram moradores das comunidades que são de terreiros, quebraram terreiros, depredaram terreiros. Então a gente começou a enxergar isso como um fenômeno e começamos a pesquisar sobre isso, até que uma menina veio no nosso direct e falou "cara, eu gosto muito do conteúdo de vocês. Eu sou moradora da Vila Kennedy", que é uma favela do Rio. E ela falou, "eu pesquiso cultura e religião e tava querendo muito fazer alguma coisa e queria muito me colocar à disposição de vocês para a gente pensar em algum conteúdo, alguma coisa. E a gente falou "cara é isso". Vamos falar sobre o Complexo de Israel e ela faz, tinha uma pesquisa sobre grafite, especificamente numa comunidade do Complexo de Israel. E aí nessas conversas que a gente teve, ela trouxe várias histórias, vários estudos e pesquisas que ela tinha feito sobre isso. Então a gente fez uma série chamada Complexo de Israel, onde a gente em três, quatro conteúdos falou um pouco sobre a história do Complexo. Como isso começou, a relação do tráfico com a religião, com a religiosidade e como isso se estende até hoje num processo violento. E aí isso foi um caso, mas a gente tem outros casos, inclusive a gente vai postar outro conteúdo hoje que também foi uma parceria com uma menina que é pesquisadora sobre cannabis e religiosidade. E ela chegou até a gente, como ela poderia colaborar, de que forma poderia trazer questões pra nossa pesquisa, pro projeto. Então acabou, começou como uma provocação nossa, convocando pessoas. Desde mães que perderam seus filhos, como a Bruna que é a mãe do Marcos Vinicius daqui da Maré que o filho dela foi brutalmente assassinado numa operação policial, como a Andreia que é mãe do, como é o nome dele? Vou lembrar depois, ele é um adolescente que foi torturado e morto no sistema socioeducativo e até hoje os policiais do socioeducativo não foram presos, ele foi brutalmente torturado no socioeducativo e a gente fez um conteúdo com ela, onde ela conta a história e falou. Então assim, começou com uma provocação e a partir desse momento, as pessoas perceberam que elas podiam chegar até a gente pra pensar coisas juntos e não só comunicadores e pesquisadores, pessoas, pessoas, qualquer pessoa. A mãe de um menino morto, a mãe de um menino preso, uma pessoa que escreve pesquisa sobre cannabis. Então, eu acho que a grande, o grande trunfo da

comunicação, isso eu posso dizer que isso é fruto do nosso trabalho, é que as pessoas se sentiram à vontade, se sentiram autoras do que a gente faz, a partir do momento que elas se veem no que a gente produz. Então, a gente hoje tem um caminho de diálogo muito aberto com a nossa comunidade e com as pessoas que chegam até a gente. Ao ponto de a gente conseguir produzir conteúdos, ter uma relevância, ter um impacto não só a nível estadual, mas a nível nacional e federal, a partir do momento que as pessoas se sentem protagonistas desses conteúdos, dessas conversas e desses diálogos. Então, eu posso dizer, hoje a comunicação do Drogas ocupa esse lugar também não só de provocar conversas, mas de criar uma comunidade engajada, ao ponto das pessoas chegarem até nós perguntando como elas podem produzir, como elas podem somar no debate sobre política de drogas de um modo geral. Não sei se eu respondi.

Letícia: Respondeu, até nem imaginava esse caminho. Ia até perguntar se vocês, você tinha até falado que antes, inicialmente o objetivo era construir essa comunidade, se tinha conseguido construir esse senso de "estamos criando conversas, não só compartilhando informações".

Thayná: Total.

Letícia: E... deixa eu só ver, não sei se você quer adicionar alguma questão sobre os desafios de traduzir, não é nem traduzir os dados, mas traduzir a dimensão do projeto pras redes. Porque é outra linguagem, pensando nesse público diretamente afetado é outra abordagem também, quais foram os maiores desafios nesse sentido?

Thayná: Caramba, acho que foram muitos. Tô tentando pensar aqui num processo de linha do tempo. Acho que primeiro, a gente precisou entender que a gente precisava de uma linguagem simples, que alcançasse que estão ou não dentro do debate sobre política de drogas. A gente entendeu que mais, como eu falei lá no começo, mais do que informar a gente precisava criar uma ponte de comunicação, porque senão a gente ia falar sozinho. Porque senão a gente ia defender pautas e debates e diálogos que só a gente acredita. Então a gente entendeu que seria importante uma linguagem simples que a gente pudesse, não só traduzir como você falou né. Mas trazer questões do cotidiano dessas pessoas que elas pudessem olhar pra esse conteúdo e dizer: "isso tem a ver comigo" ou "isso tem a ver com a minha avó que mora na favela tal e

passa por tudo isso". Por exemplo, teve uma chacina, uma das tantas aqui no Rio de Janeiro, lá na Penha que no ano passado onde a gente através dessa chacina explicou o que era necropolítica, então como que a gente consegue. Inclusive, a gente implementou recentemente um conteúdo chamado 'Por trás do conceito', onde a gente pega o conceito e explica com questões do cotidiano de forma simples, o que esse conceito significa. Inclusive, a gente usou o encarceramento em massa da Juliana Borges e citamos um trecho do livro dela. Então assim, a gente trabalha com um tema extremamente difícil, denso, que não tem uma resposta simples, que não tem uma única resposta, que não comove grande parte da sociedade brasileira que não é afetada por ele, então a grande questão é como é que a gente consegue fazer com que as pessoas tanto as que são afetadas como as que não são se unam nessa grande voz que é a discussão sobre políticas de drogas? Então a gente entendeu que seria necessário uma linguagem simples e uma preocupação com a apuração. Então a gente tem conteúdos muito densos, que são fruto de muita apuração. Eu sou jornalista, a Kath, que hoje é a nossa redatora, também é jornalista. E o próprio Renato também, que além de designer, é uma pessoa que estuda a imagem. E como a gente consegue transmitir essa comunicação, esse conteúdo. Então, o nosso processo de construção do conteúdo, ele é muito denso, muito intenso, e a gente preza muito mais pela qualidade do que pela quantidade de conteúdos. Se você for ver na nossa o nosso feed, tem semanas que a gente tem três conteúdos e semana que a gente tem dois, é tudo bem e a gente. Desculpa.

Letícia: Magina.

Thayná: A gente se preocupa com o algoritmo que é isso, viver na rede e também de alguma forma não ser refém, mas de jogar o jogo do algoritmo em algum lugar. Mas a gente se preocupa muito mais na qualidade, no que a gente está fazendo do que com a quantidade. Então, se for pra ter um post ao longo da semana, que a gente precise esmiuçar, repostar, responder dúvida, responder comentário, compartilhar, nanã nanã nanã. A gente vai fazer, sabe? A nossa preocupação é muito mais sobre as pessoas. Estão entendendo o que a gente está falando. A gente tá conseguindo falar com as pessoas, sabe do que as pessoas estão compartilhando, todos estão curtindo, sabe? Acho que é muito menos sobre isso e muito mais sobre as pessoas. Estão entendendo o que a gente quer dizer. Então eu acho que a gente entendeu que a estratégia seria uma linguagem simples e nem sempre objetiva, que a gente trabalha

com textão, trabalha com textão. Mas, ao contrário do que não dá certo, em muitas vezes páginas que é um textão, para a gente dá certo. Então assim, a gente aprendeu que o mais, no nosso caso, não é exagero, nem preciosismo. O mais é: a gente quer que as pessoas entendam a ponto de, se for preciso dizer mais uma vez, de forma diferente, a gente vai fazer. Então, assim, a gente não tem um apego com um like, com o número de pessoas. A gente tem um apego com a gente está conseguindo traduzir a informação. A gente tem um apego é com esse lugar, sabe? Até porque o 'Drogas' faz parte de um centro de estudos que é o CESeC. Então, o CESeC tem essa responsabilidade há mais de 20 anos de não só de produzir pesquisa, mas de pensar com responsabilidade sobre o que a gente produz. Até porque isso vai ser reproduzido em outros momentos, em outros espaços, em outros lugares. Então acho que a excelência do CESeC em produção de pesquisa, né, ao longo desses anos, a legitimidade e a credibilidade também. Vem muito desse lugar também da nossa responsabilidade com os dados. E eu acho que isso precisa se reproduzir na comunicação de. E aí não só do 'Drogas'. E aí deve ser uma responsabilidade do comunicador como um todo, sobretudo para a gente que trabalha com dados que a gente precisa de segurança pública, etc, né? As pessoas usam a gente como fonte, né? Então, até onde também vale a pressa do like, a pressa do conteúdo pra produzir? Mas até onde também fica a eficácia dessa informação, né? Então, a gente tem muito essa preocupação e esse cuidado. Por exemplo, eu falei que a gente, a gente é usado como fonte. A nossa pesquisa na primeira que foi o do 'Tiro no pé', que eu te falei que é sobre o custo para o sistema de justiça da implementação da Lei de drogas. O método da nossa pesquisa foi usado pelo LabJaca para construir uma outra pesquisa sobre o custo de uma operação policial no Rio de Janeiro. Então, eles usaram nossos dados para dizer, por exemplo, quanto custa um fuzil e saber quanto custa um helicóptero. Sabe quanto custa uma operação que ceifa tantas vidas, que destrói vidas, comunidades e etc. Então a gente tem uma, o 'Drogas', o CESeC de um modo geral, que a gente preza muito por uma seriedade dos dados, uma apuração profunda e responsável para que as pessoas também não só entendam, mas isso gere legitimidade em como a gente fala, né? E a gente trabalha com dados, então qualquer escorregão aí a gente tem uma perda de credibilidade grande, então para a gente é muito importante.

Letícia: Aí ótimo. Aí você comenta da questão das plataformas, até para fecha um pouco dessa parte. Você acha que dentro das plataformas que vocês trabalham hoje, em que redes sociais tem a ver com algum entendimento próprio da plataforma para debater os temas com alguma barreira?

Thayná: Por incrível que pareça, não. E isso é uma coisa que me intriga até hoje, porque a gente não usa nenhum tipo de artifício para camuflar, nenhuma palavra, a gente fala maconha, a gente fala droga, a gente fala substância psicoativa e é isso que a gente dá nome às coisas. E até algumas páginas, a gente teve uma conversa sobre isso um grupo aí da plataforma. Eu acho que está uma galera de comunicação de drogas e aí o pessoal falando que o algoritmo estava meio que flutuando no conteúdo e tal. Mas até hoje, a gente nunca teve nenhum tipo de censura, não. O que eu acho é que é assim, a gente tem com certeza uma redução de alcance. Isso é nítido. Já vi conteúdos nossos sendo literalmente reproduzidos por outras páginas. Tipo assim, não mudou nem uma vírgula da palavra ali, igual de outras páginas. Mas é um alcance assim estratosférico, muito, muito maior que o nosso. E a gente entende que é uma consequência também. Eu acho que falar sobre esse tema é, isso que todos somos, todos nós que falamos sobre direitos humanos, sobre racismo de um modo tudo que envolve a temática de direitos humanos. A gente sabe que de alguma forma a rede vai cercear essa, essa, essa dinâmica de conteúdos. E aí a gente vai pensando formas de ver como é que a gente fala e como que a gente consegue mais alcance, seja trazendo outras pessoas para as conversas, para essas conversas, seja criando parcerias com outras plataformas, com outras pessoas. Agora, o Instagram, com essa possibilidade da dobradinha, do conteúdo ali em colaboração, a gente tem usado bastante isso. Então a gente acaba. Então a gente entende que existe uma, um cerceamento, por conta dos temas que a gente trata. Mas a gente também acaba criando uma outras formas de ir se reinventando mesmo, à medida que a gente consegue comunicar isso para mais e outras pessoas.

Letícia: É, nossa eu tinha uma pergunta que veio e sumiu. Mas eu vou passar pra outra, vamos ver se eu lembro. Entrando nessa parte assim de relação com a comunidade, teve algum episódio com haters, de ataques na página?

Thayná: A gente teve. Não posso dizer que a gente tem isso como forma recorrente. É engraçado, é um tema bem polêmico acho que pra muita gente, mas de um modo

geral, as pessoas chegam até a gente com muita curiosidade e acho que é o único episódio simbólico que eu consigo lembrar agora. De hater, foi quando a gente lançou uma pesquisa sobre comunidades terapêuticas e aí foi uma pesquisa, né, extremamente direcionada e específica sobre como as comunidades terapêuticas. Você deve conhecer o que são as comunidades terapêuticas.

Letícia: Sim.

Thayná: Você quer que fale melhor sobre isso? Tá gravando e tal?

Letícia: Tá gravando. A não ser que você queira.

Thayná: Você tá ligada?

Letícia: Estou inteirada.

Thayná: A gente fez essa pesquisa e pesquisar especificamente sobre como as comunidades terapêuticas se tornaram uma política pública e como o governo federal veio ao longo desses últimos anos investindo dinheiro público nisso. Nessas entidades que são privadas, que não tem nenhuma comprovação científica. Aí a gente fez uma pesquisa falando especificamente sobre como essas comunidades são geridas principalmente por pastores, por igrejas evangélicas, e então a gente mexeu num vespeiro aí que é um uma ala conservadora, uma ala religiosa e a direita que já tem um discurso muito moral com sobre política de drogas. E aí a gente recebeu algumas, alguns comentários, alguns ataques assim e circulou por alguns grupos de WhatsApp, que era um absurdo a gente tá fazendo uma pesquisa dessa e falando das igrejas e tal. A gente já sabia que isso ia acontecer. Tanto é que a gente procurou se blindar lá atrás no processo de balizamento de comunicação. A gente procurou já se blindar e aí isso pensando de acionar pessoas, sobretudo também que são evangélicas, como o pastor Henrique Vieira ou Jackson Augusto, que são pessoas evangélicas, lideranças e que fazem o debate de forma consciente. Sem essa questão moral, sem essa questão da auto crítica. Então a gente já tinha falado isso lá atrás e já sabia que isso ia chegar mesmo, mas como a gente tem, e aí a gente volta na pesquisa, como a gente tem pesquisa, a gente tem embasamento, a gente tem com argumentos que são rasos, então pra tudo a gente tinha uma resposta. "Ah, não estou falando mal da igreja". Não, a gente está falando sobre entidades privadas que não tem comprovação

científica, ponto. Ah, mas tão... sabe. Então, tudo a gente tinha ali um contra argumento que tinha, que era baseado em dados, que era baseado em pesquisa, e isso. O legal também de trabalhar com pesquisa, que ao mesmo tempo que você pode ser atacado, etc, etc. Sobretudo com drogas, você tem argumentos, você tem argumentos científicos, você tem estudos que não foram criados da noite pro dia, mas que são fruto de um processo longo de pesquisa e de pessoas que pensam sobre isso há muito tempo ao longo da história. Então a gente conseguiu de alguma forma ali driblar e conseguiu. Inclusive, esses haters foram ótimos, porque quando eles achavam que tavam batendo na gente, eles tavam ajudando a gente a informar as pessoas. Então, se a pessoa vem com uma informação falsa, você responde com a verdade, com um fato.

Letícia: Sim

Thayná: Comunidades terapêuticas não são entidades privadas que não tem comprovação científica, não fazem parte do SUS, não tem comprovação de resultados positivos sobre isso. Então a gente conseguia informar inclusive as pessoas, quando esse hater chegava. Então, isso é legal também. A gente conseguiu, consegue, não só nesse caso da comunidade terapêutica, mas de modo geral. A gente consegue reverter haters, justamente porque a gente entra com a informação.

Letícia: Sim, voltou aqui a pergunta aí. Mas antes uma dúvida o que vocês fizeram sobre a questão do aquele lá, que você até falou que veio a pesquisadora também teve esse tipo de ataque na questão de tráfico e religião. Porque eu fiquei "nossa esse assunto é polêmico".

Thayná: Desse do Complexo de Israel foi uma série de muito assim e teve um alcance muito legal, muito legal mesmo. E teve um dia um conteúdo específico. A gente, acho que foram quatro conteúdos. Aí a gente começou falando sobre o que é o Complexo de Israel, quem era o Peixão lá, que era o traficante, que eram os líderes. E aí a gente chegou numa sexta-feira, a gente publicou um conteúdo sobre o Complexo de Israel e aí falamos sobre sexta-feira ser o dia de branco, né, que as pessoas deixaram usarem branco e como essa cúpula, esse núcleo do tráfico tinha violentado e violenta, até hoje, pessoas que são moradores de favelas, comunidades que são do axé e inclusive casas de axé que foram depredados e tal. E aí isso foi um auê na rede, né?

A gente, é engraçado, assim quando a gente sabe alguns comentários sobre isso, não só especificamente sobre o Complexo de Israel. Mas sobre qualquer conteúdo de 'Drogas' que gera algum debate, a gente observa, a gente deixa as pessoas falarem e é legal que eles vão falando e falam a beça. E aí um rebate o outro, "ah porque redução de danos tá certo sim, porque redução de danos é isso, isso e isso".

Letícia: Sim!

Thayná: Então é muito legal, a gente vê assim, que as pessoas da nossa página estão super engajadas, eles respondem. Aí a gente vê que o debate começa a entrar num outro campo, a gente intervém, ou a gente concorda ou a gente informa, a gente tem informação certa. O que a gente não quer é que a desinformação seja perpetuada nos comentários. Mas assim é sempre muito saudável. Eles mesmos brigam, eles mesmos se resolvem, respondem. Aí quando a gente vê que indo para o campo da fake news, da desinformação, a gente entra no circuito e traz algum comentário, algo parecido, mas de um modo geral, essa, esse conteúdo da série do Complexo Israel, no início foi bem recebido, mas quando tocou nesse ponto da religião, tiveram alguns comentários bem, bem assim, bem duros.

Letícia: Esse negócio desses comentários é bem interessante. Eu também trabalho na Iniciativa e também no É de Lei. No É de Lei com redução de danos acaba sendo um tema mais pop, né? E aí é o que a gente trabalha a maior parte dos nossos conteúdos, e é muito engraçado, a gente vê que a gente nunca teve uma gestão assim. Nossa, veio uma enxurrada de conteúdos atacando a gente. Quando tem um ou outro, o debate se resolve ali, entre as próprias, as próprias pessoas. Nem precisa de...

Thayná: Mas teve um episódio que eu não sei se foi o É de Lei, que estava no meio. Ah, eu acho que foi daquele do PIU, PIU alguma coisa daquele grupo de estudante de direito assim, né?

Letícia: Ah sim!

Thayná: E aí ficou bem em evidência né? Mas eu achei muito legal, porque vocês lembram, vocês fizeram um conteúdo em collab, mas vocês fizeram vários conteúdos de redução de danos e tal. Foi muito bom.

Letícia: Geralmente o que a gente faz de resposta por lá é isso. Teve um uma situação que a gente fez a ação de redução de danos aqui no carnaval. E aí o pessoal acho que foi até do Osmar Terra, juntou um pessoal pra fazer uma live e fazer um monte de fake news e citaram diretamente o nome da organização. E aí o caminho que a gente escolheu foi muito mais que isso. Vamos trazer de volta em destaque o que é o que a gente faz, o que é a redução de danos. Ao invés de, de bater diretamente no que estão falando,

Thayná: Porque é essa narrativa que eles querem. Eles não querem informar, eles não querem falar sobre pesquisa, sobre dados, eles querem gerar tumulto, caos, pânico, medo. O próprio Osmar Terra, lembro que ele falou contagiada lá, toda lá de epidemia do crack e o Fio Cruz ficou anos tentando publicar aquele estudo, que é totalmente o contrário do que ele diz. Não existe epidemia de crack no Brasil, que nunca existiu, que existe a pobreza, o que existe é a vulnerabilidade social e etc, etc. Então essa ala conservadora é não só conservadora. Uma coisa é você ser conservador, outra coisa você ser conservador, mentiroso, espalhar fake news e etc, etc. Mas essa ala do conservadorismo moral que desinforma, eles não estão preocupados em informar. Eles querem criar algum tipo de caos e uma verdade que só existe na cabeça deles. Então acho legal como projeto, como nós, como o É de Lei, o trabalho que vocês fazem, vem na pegada certa, na pegada da informação. Isso aqui e isso aqui, redução de danos é isso e tal. E é isso o importante, a gente informar e conseguir conectar as pessoas a essas informações sim.

Letícia: Sim.

Thayná: Inclusive, parabéns por esse trabalho. Sim, é muito legal o conteúdo do É de Lei. Eu sou super fã aqui.

Letícia: Ai que tudo.

Thayná: Quando a gente for em São Paulo, a gente quer super conhecer a sede de vocês, como vocês vieram aqui. A gente quer muito trocar ideia com vocês, como chegar aqui, conhecer esse afeto.

Letícia: Sim, Agora está com uma questão que vai mudar, se chama isso. Espero que quando vocês lerem já esteja tanta gente legal, mas também legal. Aí que pra fechar

a gente uma pergunta assim também, se você tiver qualquer adição, fica à vontade. E se tem, você citou na questão da comunidade, mas se tiver algum outro exemplo de impacto positivo alcançado a partir da comunicação do projeto.

Thayná: Vou pensar, eu vou citar alguns. Eu acho que um dos impactos positivos, retomar o que eu já falei aí, esse das pessoas se sentirem pertencentes a se sentirem parte do projeto como mães, por exemplo, que perderam seus filhos para violência policial, estarem junto da gente falando, eu acho que a gente ganha muito mais com elas. Acho que quando essas mães chegam, muita gente ou eu vou até elas, eu deixo sempre isso muito claro, que é muito gratificante, muito importante pra gente que elas contribuem com a gente, porque a gente vai, a gente está contribuindo com elas e elas estão contribuindo um pouco com a gente, com o trabalho e emprestando as suas vozes e também as suas dores, as suas lutas. Não é um assunto fácil de se falar, é um assunto extremamente complexo. Sobretudo, pensando no Rio de Janeiro, onde a gente tem aí as questões das milícias. É aí onde o tráfico e a milícia estão dialogando muito e com características muito parecidas e a gente tem represálias, etc. Então, pra gente é muito gratificante quando alguém que é de favela, que é de periferia, que é militante, que é liderança comunitária, se sente pertencente e se sente à vontade para falar, para produzir conteúdo com a gente. Eu acho que esse é um ganho da comunicação, de ter aberto esse espaço onde as pessoas podem dialogar e produzir conteúdo também são protagonistas nessa produção. E isso é um ponto. Acho que é um outro ponto. E aí acho que eu posso falar sim, sem medo. Mas eu acho que a gente encontrou um jeito de falar, a gente entendeu que a gente precisava chegar mais que a gente precisava e inaugurou um jeito de falar sobre política de drogas. Nessa perspectiva da do orçamento, do custo e etc. Então acho que a gente encontrou um jeito de falar que as pessoas identificam, sejam usuários, seja militante, seja pesquisador. Então acho que esse encontrar um jeito de falar não é fácil. E a gente vê muitas pessoas aí batendo cabeça, pensando. E eu acho, a gente conseguiu. A gente pode dizer que a gente conseguiu. Isso é um ponto positivo, né? Porque a gente consegue comunicar o que a gente precisa. E, é, de alguma forma também a gente ser pautado num debate público. Então, por exemplo, a gente ser citado, sei lá, no nome, num discurso, numa entrevista, numa fala de alguém como a Talíria, que é uma deputada federal, por exemplo, a Benny Briolly, que é uma vereadora lá de Niterói, a Renata Souza, que é uma deputada estadual, cria da Maré aqui do Rio de Janeiro, a

Luciana Boiteux, que é vereadora aqui do Rio de Janeiro. Então é legal também ver a incidência do Drogas e é na construção de políticas públicas, no tencionamento de políticas públicas, o debate público de um modo geral. E aí eu acho que esses três pilares que eu falei que fazem a gente ser o que a gente é, quando não é só a gente fala e outras pessoas podem falar e serem ouvidas. Quando a gente cria um jeito de falar próprio, é quando, através do que a gente fala, a gente consegue tencionar e incidir de forma política, né? As questões sobre política de drogas, de segurança pública. Então, acho que esses três pilares são grandes trunfos da comunicação de um modo geral e do projeto como um todo.

Letícia: Ah, perfeito. Ah, eu lembrei. Eu ia falar em outra pergunta e acabei esquecendo, mas acho que isso é mais a tom de curiosidade. Tem algum tipo de conteúdo que você percebe que tem mais engajamento, se é um informativo, se é um de denúncia.

Thayná: Desculpa, tô lendo aqui uma mensagem, assim dez minutos que você fica fora da área de mensagens. Enfim, tem o que você perguntou, se tem conteúdo que seja mais chamativo

Letícia: Ém que tem, que você percebe que recebe mais engajamento. É um de denúncia, é um informativo, alguém com um outro tipo

Thayná: Pensando nesse histórico de últimos conteúdos, pelo menos nesse último ano assm, vou citar alguns, né? A caneta desmanipuladora, por exemplo, que é um conteúdo que já é utilizado por várias pessoas há várias páginas e tal, que é essa a ideia de você riscar uma, uma palavra e colocar uma outra palavra de forma crítica, né? E aí a gente começou a usar isso no 'Drogas'. A primeira vez que a gente usou e deu muito certo. E era um card só e era uma manchete do G1. O G1 é ótimo pra fazer essas coisas, por que as manchetes deles são horríveis. E aí a gente teve uma chacina que eu não lembro onde foi. E o G1 simplesmente puxou na manchete a operação policial deixa nove mortos. Gente, operação policial não, a gente riscou e escreveu chacina. E aí foi um conteúdo que viralizou. A mesma coisa com uma outra manchete do G1 também, que dizia assim: "lutador de Jiu-Jitsu, filho de empresário e é pego com 500 quilos de cocaína". Aí a gente riscou e colocou traficante, que é como seria lido, um jovem negro de periferia se fosse pego com 500 quilos de cocaína,

sabe? Então a gente começou a utilizar essa caneta pra trazer essas reflexões também como a mídia trata esses territórios de favela. As pessoas, como a mídia, também tem esse papel crucial na criminalização e também nessa nossa, acreditamos dar outra perspectiva quando essa pessoa não é preta, favelada. Esse é um conteúdo. E acho que conteúdos históricos também são muito legais. A gente vê que as pessoas ficam muito interessadas. Tinha tudo pra ser um conteúdo assim, maçante, muito texto, muita coisa, nada a ver história. Mas caraca, teve um conteúdo que a gente fez sobre o menino, que é um menino, que ele era um mascote do tráfico da Rocinha, do Rio de Janeiro e ele foi. Esse menino foi morto numa operação policial. Ele andava armado pela Rocinha porque não conhecia ele. Ele era tipo um afilhado do tráfico, digamos assim. E a morte? Esse menino, numa operação policial, desencadeou uma série de discussões sobre infância, segurança pública, inclusive foi antes do ECA isso. Então a gente trouxe a história dele e aí foi um bom também. E aí foi um boom esse conteúdo muito legal de ver assim também, sabe? E um outro conteúdo que eu acho que dá bastante resultado são vídeos temáticos curtos, né? Por exemplo, a gente usou um trecho de um desenho que ninguém dava nada, que é o do Midnight Gospel. Não sei se você conhece

Letícia: Sei.

Thayná: É um desenho muito louco, muito bom, que era um podcast e aí virou uma animação. E aí tem um trecho desse desenho que ele fala. É uma conversa do personagem principal com outro personagem. Ele começa a falar do que é droga. Aí ele fala não existe droga boa, droga ruim. Existe droga, existe contexto. E como você se utiliza dessas substâncias em determinados contextos. Aí a gente usou esse trequinho para falar falar existe droga boa, droga ruim que é droga. E aí esse conteúdo viralizou assim e até hoje é um dos nossos conteúdos mais curtidos, sabe? É um vídeo de menos de um minuto, muito simples, um desenho que ninguém dava nada e depois o Quebrando o Tabu fez. Em off aqui Quebrando o Tabu fez viralizou milhões de likes, mas assim, eu não tinha visto ainda. Existem outros lugares assim. E de um modo geral, eu acho que só uma resumida desses três conteúdos que eu citei é linguagem simples, é o segredo. Acho que o objetivo de se alcançar através de uma linguagem simples, contextualizada e com a informação. Eu acho que as pessoas não muito mais do que isso, sabe? As pessoas querem o que é real e o que é verdadeiro também.

Sem fake news, sem muita firula, informação de qualidade. Acho que por isso esses conteúdos viralizaram e deram muito certo.

Letícia: Perfeito. Não sei se você tem algo mais a acrescentar. Estou contempladíssima.

Thayná: Mas eu acho que não. Acho que tô satisfeito também, falei a beça. Mas eu espero que eu tenha contribuído assim. Acho que só agradecer também pelo convite e não só por mim, mas pelo 'Drogas' também. Acho que também é uma forma também da droga chegar a mais pessoas. E eu fico sempre muito feliz quando mais pessoas conhecem o drogas, o trabalho que a gente faz e é muito legal. E é isso que eu acho que você deve passar por isso também, é muito legal quando a gente vira do nosso trabalho, né? Assim, independente de qualquer circunstância, a gente acredita muito no que a gente faz. Faz com muito carinho, muita dedicação. Então a gente espera que isso chegue para as pessoas da melhor forma. Então é isso, só obrigada e tamo junto.

Anexo A

Entenda o caso de Rafael Braga

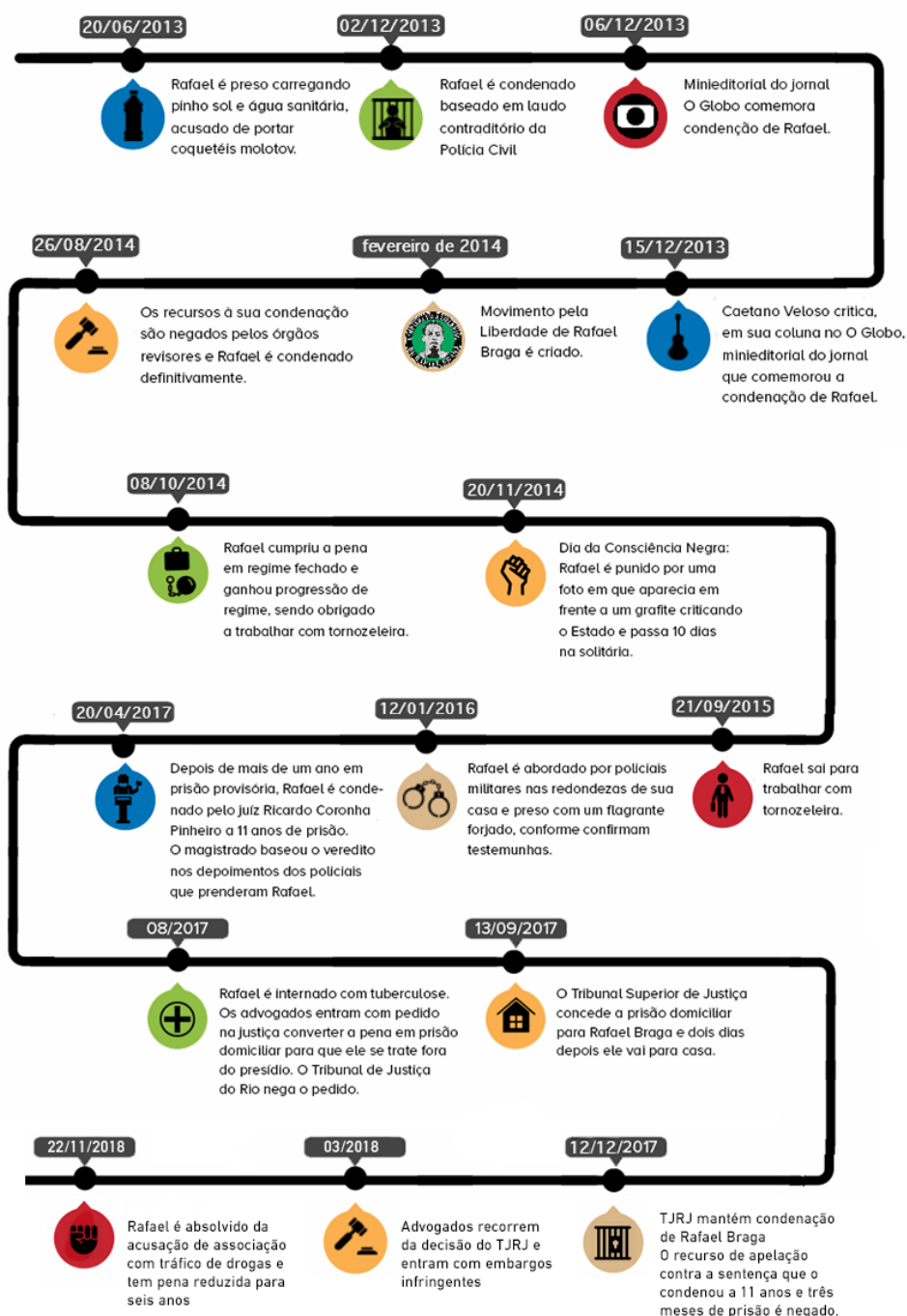


Figura 1 - Linha do tempo com principais acontecimentos do caso Rafael Braga. Fonte: Reprodução site Liberdade para Rafael Braga.